

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

-----Mandato 2017-2021-----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA DE JUNHO – SEGUNDA REUNIÃO REALIZADA NO DIA TRÊS DE JULHO DE DOIS MIL E DEZOITO.**-----

-----**ATA NÚMERO VINTE E OITO**-----

----- Aos três dias do mês de julho de dois mil e dezoito, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo sétimo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sexto do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Ordinária, segunda reunião, sob a presidência do Presidente em Exercício, Excelentíssimo Senhor Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, coadjuvado pela Excelentíssima Senhora Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César e pela Excelentíssima Senhora Maria Virgínia Martins Laranjeira Estorninho, respetivamente Primeira Secretária em Exercício e Segunda Secretária.-----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Aline Gallash Hall de Beuvink, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Margarida Mota Vieira da Silva Morais, Ana Maria de Campo Pedro Mateus, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel Pimenta Prôa, António Miguel Silva Avelãs, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Augusto Miguel da Gama Antunes de Albuquerque, Beatriz Gebalina Pereira Gomes Dias, Carla Cristina Ferreira Madeira, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Davide Miguel Santos Amado, Fábio Martins de Sousa, Fernando Garcia Lopes Correia, Francisco Américo Maurício Domingues, Francisco José Nina Martins Rodrigues dos Santos, Graciela Lopes Valente Simões, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, Isabel Cristina Rua Pires, Joana Margarida Durão Ferreira Alegre Duarte, João Diogo Santos Moura, João Luis Valente Pires, João Maria Correa Monteiro Macieira Condeixa, Jorge Manuel Jacinto Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Barbosa Borges, José António Cardoso Alves, José Luis Sobreda Antunes, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, Luís Filipe da Silva Monteiro, Luis Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro da Mota Torres, Maria do Carmo do Amaral Cabral da Câmara Pereira Munoz, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luisa de Aguiar Aldim, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Teresa Craveiro Pereira, Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patricia Carla Serrano Gonçalves, Paula Inês Alves de Sousa Real, Paulo Jorge Velez Muacho, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rui Pedro Costa Lopes, Silvino Esteves Correia, Tiago Maria Sousa Alvim

Ivo Cruz, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Nuno Miguel dos Santos Silva, José Roque Alexandre, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Pedro Miguel Tadeu Costa, Margarida Alexandre do Nascimento Afonso, Susana Maria da Costa Guimarães, Duarte Albuquerque Carreira, Henrique João Tavares Frias Sá e Melo, Gonçalo Maria Vassalo Moita, Mário Nelson Morais Freitas, Rosa Maria Carvalho da Silva, Ameetkumar Subhaschandra e João Carvalhosa.-----

----- Faltou à reunião o seguinte Deputado Municipal:-----

----- Raúl Jorge Gouveia da Silva Santos.-----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Pedro Miguel Tadeu Costa.-----

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães.-----

----- Pedro Delgado Alves (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Lumiar, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Henrique João Tavares Frias Sá e Melo.-----

----- Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Olivais, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputado Municipal Luís Duarte de Albuquerque Carreira.-----

----- Diogo Leão (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nuno Santos Silva.-----

----- José Moreno (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Roque Alexandre.-----

----- Hugo Lobo (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Margarida Afonso.-----

----- Fernando Manuel Moreno D'Eça Braamcamp (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Areeiro, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Ameetkumar Subhaschandra.-----

----- Fernando Ribeiro Rosa (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Belém, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal João Carvalhosa.-----

----- Carlos Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva.-----

----- Maria Cristina Castel Branco Alarcão Júdice (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Gonçalo Maria Vassalo Moita.-----

----- Ana Margarida Carvalho (PCP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Ana Páscoa Baptista.-----

----- José Inácio Faria (MPT), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Mário Nelson Morais Freitas.-----

----- Através da Ata da Mesa da Assembleia Municipal de Lisboa número 5/2018, de 3 de julho de 2018, foi deliberado o seguinte a descrever: -----

----- Justificar a falta do Deputado Municipal Raul Jorge Santos (MPT) à 22ª Reunião (3ª Reunião da Sessão Ordinária de Abril), realizada no dia 15 de maio de 2018.-----

----- Justificar a falta dos Deputados Municipais: José Moreno (PS) e José Inácio Faria (MPT) à 23ª Reunião (15ª Sessão Extraordinária), realizada no dia 22 de maio de 2018.-----

----- Justificar a falta da Deputada Municipal Inês Drummond (PS-PJF Benfica) à 24ª Reunião (4ª Reunião da Sessão Ordinária de Abril), realizada no dia 29 de maio de 2018.-----

----- A Câmara esteve representada pelos Senhores Vereadores: João Paulo Saraiva, Catarina Vaz Pinto, Ricardo Robles e Paula Marques.-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: João Gonçalves Pereira, Maria Assunção Cristas, João Abreu Costa, Nuno Rocha Correia e Orísia Roque.-----

----- Às quinze horas e trinta minutos, constatada a existência de quórum, **o Senhor Presidente da Assembleia em Exercício**, declarou aberta a reunião. -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos começar. -----

----- Temos dois Votos de Pesar, que deram entrada na Mesa. O primeiro é o 028/01,apresentado pelos Deputados que exercem o mandato como Independentes, referentes a José Manuel Tengarrinha. -----

----- Um segundo Voto de Pesar é o número 028/02, apresentado pelo MPT, por Afonso Cautela e vamos passar a primeira leitura de Voto de Pesar, que será a Segunda Secretária, Virgínia Estorninhos, que vai proceder a leitura.-----

----- Senhores Deputados, agradecia que se sentassem. Quem não é Deputado que saia do recinto.-----

----- Vamos passar à leitura do Voto de Pesar. -----

----- Senhora Segunda Secretária.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra procedeu a leitura do seguinte Voto de Pesar:-----

----- “*José Manuel Tengarrinha, um dos mais destacados opositores à ditadura e dinâmico ativista democrático em Portugal, antes e depois do 25 de Abril, faleceu no passado dia 29 de junho. -----*

-----*Dono de um percurso político marcante, notabilizou-se pela organização da Comissão Democrática Eleitoral (CDE) em 1969 e o Congresso da Oposição Democrática em 1973, tendo fundado o Movimento Democrático Português (MDP) como partido político em 1975.-----*

----- Foi eleito deputado nas eleições para a Assembleia Constituinte e foi um precursor da abertura dos partidos políticos, da participação cidadã e do aperfeiçoamento da deliberação e da representação democráticas. Foi também deputado à Assembleia da República entre 1980 e 1987 através da coligação Aliança Povo Unido, que juntava o MDP ao Partido Comunista Português e, mais tarde, ao Partido Ecologista “Os Verdes”. -----

----- Foi preso político por diversas vezes e estava em Caxias no dia 25 de Abril de 1974, transformando-se num dos protagonistas do célebre episódio contra a saída faseada dos presos. -----

----- Para além da sua forte atividade política antes e depois do 25 de Abril de 1974, é de grande importância e amplitude a sua obra historiográfica e a carreira académica a que se dedicou após deixar a Assembleia da República, e que se focou sobretudo no estudo da história política e das ideias em Portugal. É de sua autoria a obra de referência sobre a História da Imprensa em Portugal. -----

----- Em 2006 recebeu a Medalha de Honra do Município de Cascais e, em 2012, a Medalha de Mérito Municipal, grau ouro, do Município de Lisboa. -----

----- Em 2016, foi-lhe prestada homenagem juntamente com todos os constituintes pela Assembleia da República, e atribuído o diploma de Deputado honorário. -----

----- Em 2014 José Manuel Tengarrinha voltou à política ativa, apoiando o partido LIVRE nas eleições europeias e sendo candidato pela Candidatura Cidadã LIVRE/Tempo de Avançar às eleições legislativas de 2015. Foi também membro da Assembleia do LIVRE entre 2015 e 2017. -----

----- Progressista convicto e ativo defensor da democracia, foi um dos precursores da idade de convergência à esquerda, concretizada no pós-2015. A sua lucidez e coragem serão sempre um referencial para qualquer pessoa que partilhe dos mesmos valores. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida a 3 de julho de 2018, sob proposta dos Deputados Municipais signatários, manifesta o seu mais profundo pesar pelo falecimento de José Manuel Tengarrinha, guardando um minuto de silêncio.

----- Os Deputados Municipais, Patrícia Gonçalves e Paulo Muacho” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, vamos proceder à votação deste **Voto de Pesar n.º 028/01**. Não há votos contra, abstenção do PPM, votos a favor do PS, PSD, PCP, CDS-PP, BE, PAN, MPT, PEV e 7 IND. O **Voto de Pesar n.º 028/01** foi **aprovado por maioria.**”--

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, continuou: -----

----- “Vamos passar à leitura ao segundo **Voto de Pesar**, por Afonso Cautela. -----

----- A Primeira Secretária em exercício, Patrocínia Vale César vai proceder à leitura.”

----- **A Senhora Primeira Secretária em exercício, Patrocínia Vale César**, no uso da palavra, procedeu à leitura do seguinte voto de pesar: -----

----- “**Voto de Pesar pelo Falecimento de Afonso Cautela.** -----

----- Afonso Cautela foi um dos fundadores do Partido da Terra, juntamente com o Arq. Gonçalo Ribeiro Telles. -----

----- Nascido em Ferreira do Alentejo em 1933, Afonso Cautela concluiu o curso do Magistério Primário em 1956 e iniciou a sua vida profissional como professor.-----

----- Ainda como estudante, publicou alguns poemas no jornal A Escola Nova, publicado pelos alunos da Escola do Magistério Primário de Faro, mas só veio a estreitar-se em livro no início dos anos 60 com Espaço Mortal (1960) e O Nariz(1961), subtintulado Diário II, que saiu na colecção de poesia Sílex, de Faro, que se iniciara pouco antes com livros de Maria Teresa Horta e Eduardo Guerra Carneiro. -----

----- Após trabalhar para o Serviço de Bibliotecas Itinerantes da Fundação Calouste Gulbenkian no início dos anos 60, inicia em 1965 uma longa carreira na imprensa diária, primeiro no República e depois n’O Século, onde vive o 25 de Abril de 1974 ou n’A Capital, já nas décadas de 89 e 90. Como repórter, distingue-se pelos seus pioneiros artigos no domínio da ecologia, e n’A Capital assinará durante mais de uma década a coluna Crónica do Planeta. -----

----- Mas o seu interesse pela ecologia, o seu empenho na defesa do ambiente e o seu activismo anti-nuclear datam dos anos 70, com a fundação, em 1974, do Movimento Ecológico Português, que publicava o jornal Frente Ecológica, e a publicação de vários títulos dedicados ao tema, como Depois do Petróleo, o Dilúvio (1974), um ensaio publicado com a prestigiada chancela dos Estúdios Cor, ou o livro de reportagens Ecologia e Luta de Classes em Portugal (1977). -----

----- Lutador incansável pela Liberdade e pela defesa do nosso Planeta, ecologista militante, humanista activo, também defensor da causa animal, foi um dos fundadores das lutas ecologistas em Portugal há mais de 50 anos. -----

----- Faleceu no dia 29 de Junho, com 85 anos de idade.-----

----- Por ele, o Grupo Municipal do Partido da Terra – MPT propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sessão de 16 de Janeiro de 2018, delibere:---

----- 1. Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de Afonso Cautela, guardando um minuto de silêncio em sua memória e homenagem;-----

----- 2. Remeter o presente voto de pesar para: -----

----- .MPT -----

----- .Família-----

----- .Instituto de Gestão e Reordenamento do Território -----

----- .Sindicato dos Jornalistas-----

----- Pelo Grupo Municipal do Partido da Terra,-----

----- Deputado José Inácio Faria.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, vamos passar à votação deste **Voto de Pesar n.º 028/02**, por Afonso Cautela. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor PS, PSD, PCP, CDS-PP, BE, PAN, PPM, MPT, PEV e 7IND. O **Voto de Pesar n.º28/01**, foi **aprovado por unanimidade.**” -----

----- (Ausência de um Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário) -----

----- (Neste momento, foi feito um minuto silêncio pelo falecimento de José Tengarrinha e Afonso Cautela) -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, continuou: -----

----- “Senhoras e Senhores Deputados, temos uma vasta Ordem de Trabalhos.-----

----- Dar-vos nota que já foi consensualizado na Conferência de Representantes e, penso que até já foi divulgado, que nós, face às múltiplas matérias que temos com origem da Câmara dado a Assembleia Municipal, para tratar antes da interrupção dos nossos trabalhos no mês de Agosto, vamos ter sessões da Assembleia Municipal no dia dez, no dia dezassete, no dia doze, no dia dezanove e no dia vinte e quatro, portanto, são as cinco datas que estão previstas, portanto, teremos a continuação até ao limite das quatro Reuniões desta Sessão Ordinária de Junho. Teremos duas sessões extraordinárias e, portanto, vamos articulando na Conferência de Representantes, as diferentes matérias. -----

----- Como também sabem, nós tínhamos previsto e consensualizado uma matéria que está na Ordem de Trabalhos, que tem a ver com a revisão do Regimento, que fomos trabalhando ao longo dos últimos meses, para a possibilidade de ser debatida e votada na sessão de hoje, para isso alterando a Ordem de Trabalhos. -----

----- Duas notas sobre esta matéria, a primeira para agradecer, enquanto alguém coordenou nesta fase final, o Grupo de Trabalho do Regimento, mas também em nome da Helena Roseta que coordenou a primeira fase dos trabalhos, a cooperação de todos os representantes, bem como dos assessores que os apoiaram e, dos serviços ao nível do Primeiro Secretário e da Presidência da Assembleia Municipal pelo trabalho que foi feito. -----

----- A esmagadora maioria das propostas que foram distribuídas, fruto do trabalho exaustivo, são consensuais e, portanto, há um aspecto muito positivo nessa procura de consensos, também, por parte da Câmara que esteve representada pelo Vereador João Paulo Saraiva. -----

----- Há várias outras matérias que não são consensuais e, que são também trazidas a Plenário, dando voz e expressão a essa diferença de opiniões, mas mesmo aquelas que estão dadas como documento e propostas não consensuais, mereceram o contributo de algumas forças políticas, que até discordam delas do ponto de vista material, mas, nesse trabalho conjunto, de nós termos o melhor Regimento possível e, o mais bem escrito possível, acabaram por dar contributos que melhoram a redacção das propostas, ainda que, não se confunda um contributo de melhoria das propostas com uma adesão ao material algum conteúdo. -----

----- E, portanto, não podia deixar de dar nota pública, aos restantes membros da Assembleia, daquilo que foi este trabalho conjunto entre as dez forças políticas e entre a Câmara que permitiu termos aqui estas propostas que foram distribuídas. -----

----- Uma segunda nota e tem a ver com o andamento dos nossos trabalhos, ao nível da Conferência de Representantes e o nível dos membros do Grupo de Trabalho do Regimento. Nós tínhamos um duplo consenso, de modo a que pudéssemos fazer uma

alteração à Ordem de Trabalhos e que o Regimento pudesse ser o primeiro ponto da sessão de hoje.-----

----- No entanto, e isso ficou sempre expresso de um entendimento entre todos nós, que isso só se verificaria se todas e todos os Senhores Deputados, tivessem confortáveis com isso, porque se não, também não há problema nenhum. Como temos várias sessões agendadas, nós e, se calhar o Senhor Vereador João Paulo Saraiva até agradece, porque tem várias propostas da Câmara na Ordem de Trabalhos, que também, se podíamos passar o Regimento para a continuação da Sessão Ordinária da próxima semana. -----

----- Isto porque os documentos só foram distribuídos ontem e hoje, na sua versão final, porque até à última houve uma procura e, eu quero saudar isso, de várias forças políticas que ainda ontem na última reunião chegaram algum consenso propostas. -----

----- Houve outras propostas que não eram consensuais e acabaram por ser retiradas e, portanto, naturalmente que os documentos e são extensos e, vastos só foram distribuídos o sua versão final ontem e hoje, porventura com o trabalho que foi feito e com tudo aquilo que ainda foi trabalhado ontem, até podem ter algum outro erro. -----

----- E por isso, eu queria colocar à consideração da Assembleia, no sentido em que a opinião é, basta um Senhor Deputado ou um pequeno número dos Senhores Deputados não se sentirem confortáveis que, nós manteremos o Regimento, tal como está na Ordem de Trabalhos e, portanto, agendado na continuação desta reunião, felizmente matéria não nos falta, mas um trabalho que durou meses e que exigiu tantos e tanta procura de consensos e, tanta dialéctica e, tanto debates em muitas matérias, também, não há necessidade de alguém se sentir desconfortável com isso e, portanto, Senhoras e Senhores deputados, palavra ao Senhor Deputado, microfone.” ---

----- **O Senhor Deputado Municipal, Rodrigo Mello Gonçalves (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todos, Senhor Presidente. -----

----- O PSD sugere que a discussão do Regimento seja feita na próxima sessão da Assembleia, por forma, a que todos os Deputados de todas as bancadas, inclusive, possam ler os documentos. -----

----- Eles foram enviados ontem, eram oito e tal da noite e como Senhor Presidente disse, é uma matéria suficientemente importante, foram vários meses de trabalho, temos várias sessões marcadas, portanto, da nossa parte, preferimos que transite para a próxima Sessão. -----

----- Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Havendo esta expressão, pese embora o consenso que tinha sido dado na Conferência de Representantes e no Grupo de Trabalho do Regimento, nós faremos no dia dez, que é uma sessão extraordinária, ou no dia doze que é a continuação de um a Sessão Ordinária, vamos ver como é que correm os nossos trabalhos de hoje, agendaremos a matéria do Regimento, porventura, até porque há Reunião de Câmara. -

----- Senhor Vereador João Paulo Saraiva, há Reunião de Câmara no dia doze de manhã, não é? -----

----- Então, porventura, se calhar até mais prático, ser o primeiro ponto da reunião de dia doze, porque assim só o Senhor Vereador João Paulo Saraiva, é que tem que correr para a Assembleia Municipal e os restantes membros da Câmara podem vir um pouco mais tarde. -----

----- Tem a palavra Senhor Vereador.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todos. -----

----- Não, Senhor Presidente. Não consigo correr porque ainda não tenho o dom da ubiquidade, porque também há Reunião de Câmara à tarde, é de manhã e à tarde no dia doze.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Também vai haver à tarde! -----

----- Então, isso é uma alteração que Senhor Vereador me tinha transmitido, vamos ter que ajustar o calendário, mas de todo o modo se não fizer reunião...” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Peço desculpa, eu confundi o dia, não vai nada. Está bem assim.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Pronto! Então é dia doze.” -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **1. APRECIACÃO DA PROPOSTA 335/CM/2028 – PRORROGAÇÃO PARA O ANO LECTIVO 2018/2019, DOS CONTRATOS DE DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DO PROJECTO DAS REFEIÇÕES ESCOLARES SAUDÁVEIS, CELERADOS COM AS FREGUESIAS DE ALCÂNTARA, BENFICA, CAMPOLIDE, ESTRELA, OLIVAIS E SÃO DOMINGOS DE BENFICA, E A RESPECTIVA AFECTACÃO DE RECURSOS FINANCEIROS, COM ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 23.º E NA ALÍNEA CCC) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º, AMBOS DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO PELA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, E PUBLICADO EM ANEXO I À MESMA LEI; GRELHA BASE: 34 MINUTOS.** -----

----- (A Proposta nº 335/CM//2018 fica anexada à presente Ata, como Anexo I e dela faz parte integrante).-----

----- (O Parecer da 1ª Comissões Permanentes, fica anexado a esta Ata, como Anexo II e dela faz parte integrante) -----

----- (A Recomendação nº 027/01 (1ª CP), fica anexada à presente Ata, como Anexo III e dela faz parte integrante). -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, continuou: -----

----- “Assim sendo, vamos retomar os nossos trabalhos no exacto ponto que temos e, portanto, temos a apreciação da **Proposta n.º 335/CM/2018** - Prorrogação para o ano lectivo 2018/2019, dos contratos de delegação de competências, no âmbito do projecto das Refeições Escolares Saudáveis, celebrados com as Freguesias de Alcântara, Benfica, Campolide, Estrela, Olivais e São Domingos de Benfica, respectiva afectação de recursos financeiros, com a assunção de compromissos plurianuais, nos termos da proposta e das disposições legais e regimentais aplicáveis e perguntava se à Câmara quer apresentar a proposta?-----

----- Senhor Vereador João Paulo Saraiva, quer apresentar esta proposta? -----

----- Então, temos inscrições, mas temos também primeiro um Parecer da 1ª Comissão Permanente, uma Recomendação oriunda da 1ª Comissão Permanente sobre esta matéria extraída do seu relatório, é a **Recomendação n.º 027/01**, foi a Senhora Deputada, Primeira Secretária exercício Patrocina Vale César, quer apresentar uma Recomendação?-----

----- Prescinde. -----

----- Vamos passar aos oradores inscritos para este ponto, já temos alguns.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado, Sobreda Antunes do PEV.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, referiu: -----

----- “E dar nota ao Plenário enquanto o Senhor Deputado Sobreda Antunes se dirige ao púlpito, que o Senhor Deputado Municipal Rui Costa se considera impedido na discussão e votação desta proposta. -----

----- Senhor Deputado tem a palavra.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente e restantes membros da Mesa, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Jornalistas e Funcionários. -----

----- A presente **Proposta n.º 335/2018** vem prorrogar os contratos de delegação de competências celebrados com seis Freguesias, no anterior mandato há exactamente um ano, pela Proposta n.º 418/2017. Como na altura esclarecia a CML, o fornecimento das refeições escolares é efectuado na rede das escolas públicas do 1º ciclo e pré-escolar, tendo em conta as particularidades estruturais e funcionais de cada estabelecimento de ensino, sendo adoptada uma das seguintes modalidades: confecção no local, confecção por catering a frio e confecção por catering a quente.-----

----- Convém recordar aos ‘mais esquecidos’ que se admitia o fornecimento de refeições com catering a frio numa escola da Freguesia de Benfica, catering quente descartável numa outra da Freguesia da Estrela, nos Olivais dois caterings a frio e um catering quente descartável, e em São Domingos de Benfica um catering a frio e um catering quente descartável. -----

----- Todos sabemos que o sistema de confecção local sofreu diversos reveses nos últimos anos, tendo os sucessivos executivos camarário optado pela solução, aparentemente mais fácil, de delegar competências nas Juntas, ou no deveras bem mais dispendioso sistema baseado na externalização do fornecimento das refeições escolares. -----

----- Porém, a dúvida que ainda hoje subsiste, no final do ano lectivo de 2018, é se as eventuais dificuldades de confecção no local, pelo menos para aquelas seis Freguesias, já foram resolvidas em alguma das escolas protocoladas no ano passado ou se se poderá correr o risco de o Programa de Alimentação Escolar ‘Crescer Saudável’ poder perpetuar o regime de ‘catering’ externo. -----

----- E, se ele se vai manter, “Os Verdes” perguntam qual a informação que será prestada pelo Município aos encarregados de educação, no início do próximo ano lectivo, sobre a qualidade alimentar fornecida, e qual o calendário previsto para, no curto prazo, inverter o sistema de ‘outsourcing’ nas escolas das Freguesias com os presentes contratos de delegação de competências? -----

----- Recordamos que no mandato antecedente, aquando da votação dos anteriores contratos de ‘catering’, houve um consenso de que aqueles seriam os últimos - repito - os últimos concursos, e que dali em diante a confecção local seria a norma. -----

----- Por isso mesmo não faz qualquer sentido a 1ª Comissão recomendar “a continuidade no incremento do número e âmbito destes contratos inter-administrativos” nos moldes e com as deficiências que acabámos de descrever. -----

----- Afinal, devem ou não todos os esforços do Município e todas as prioridades serem canalizadas para as crianças do parque escolar em Lisboa? -----

----- Obrigado, Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Vamos continuar como os oradores escritos, Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Senhora Deputada, Teresa Craveiro dos Independentes.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Teresa Craveiro (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde, Senhor Presidente Senhores Deputados, Senhores Vereadores, Público presente. -----

----- Relativamente ao Projecto Refeições Escolares Saudáveis e, também, enfim, dar assentamento do Parecer, relativamente a esta matéria, mas temos aqui algumas questões a levantar. -----

----- Segundo vários autores “uma cidade saudável é aquela que está continuamente a criar e a desenvolver os seus ambientes físico e social e a expandir os recursos municipais e comunitários”, e este Projeto, no nosso ponto de vista, ele pode de facto vir a co-responsabilizar exactamente esse recursos comunitários. -----

----- Não é possível ter uma cidade sustentável, sem ter também uma cidade saudável e, é essa a matéria que se deve articular, ferozmente, no nosso ponto de vista, ligado às refeições. -----

----- Os Deputados Municipais Independentes dos Cidadãos por Lisboa congratulam-se com este contrato de delegação de competências, por parte do Município, para o ano lectivo 2018/2019, num Projecto Refeições Escolares Saudáveis. -----

----- No entanto, porque só seis freguesias?-----

----- Isso, gostaríamos no fundo de saber o ponto de situação do desenvolvimento deste projecto. -----

----- Está-se assim a contribuir para a operacionalização do eixo da vida activa do Plano de Desenvolvimento de Saúde, Qualidade de vida e Bem-estar da cidade de Lisboa, cuja vinda a esta Assembleia Municipal, aguardamos. -----

----- Lisboa, em 1986, foi um membro fundador da Rede Portuguesa das Cidades Saudáveis, hoje Rede da Associação dos Municípios, tal é o número e quantitativo que der e, por isso recomendamos que este projecto seja um projecto, de boas práticas assinaladas nesta rede. -----

----- No entanto, em virtude do número, que nós consideramos reduzido de freguesias, gostaríamos de saber o seguinte: Quantas Freguesias já aderiram, até à data, a este programa? Qual o trabalho que se está a desenvolver nessa linha? -----

----- Por último, relacionado com esta matéria gostávamos de saber, porque é que a nova equipa da missão para as Refeições Escolares, rejeitou o Programa do Regime de Fruta Escolar, financiado pela União Europeia, gerido e financiado por sua vez pelo Departamento Ministérios da Agricultura, envolvendo o Ministério de Educação e Saúde, numa ótica holística que é fundamental quando se trabalha nas matérias das Cidades Saudáveis. -----

----- Não se aceita, a velha fórmula que é muito burocrático, que existem imensos custos operacionais. -----

----- A Câmara Municipal tem recursos técnicos, treinados e bem treinados, para os recursos e para ir buscar fundos comunitários, utilizem-nos. -----

----- Por último, refira-se que no Município de Matosinhos, e também o Município de Vila Nova de Gaia, tem neste momento cerca de 10 mil crianças a usar este projecto, ligado à União Europeia ou seja, o Município de Lisboa, tem que trabalhar no princípio da subsidiariedade, que é também a questão da sustentabilidade. -----

----- Os vários níveis da governação, trabalhando com os vários níveis dos ministérios e, é isso que nós propomos relativamente à articulação dos dois projectos, para que não seja a fruta paga pelo orçamento do Município.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, já esgotou o seu tempo. -----

----- Temos o orador seguinte inscritos, que é o Senhor Deputado André Couto que escreveu se agora mesmo no limite.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal André Couto (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor Presidente por ter permitido ainda a inscrição.-----
----- O Partido Socialista queria saudar a Câmara por esta excelente iniciativa, de facto, são já várias as Freguesias de Lisboa, ainda não a totalidade, já vou explicar porquê, já com excelentes projectos nesta área que envolvem em muitas situações produtos biológicos, confecção local, aliás, produção local, na própria escola, muitas vezes até através dos próprios alunos que fazem essa produção em pequenas hortas, comunitárias e que acompanha o crescimento aquilo que semeiam para mais tarde, virem a consumir.-----
----- Reduzindo também aqui, obviamente a pegada financeira ecológica destes produtos, para além de tudo aquilo que isto tem de pedagógica e de bom para as crianças e, de facto, tem sido um bom projecto que tem ganho nova força e vigor durante este mandato, e que o Grupo Municipal do Partido Socialista quer destacar.----
----- Obviamente que, ainda, não está em todas as freguesias, não está em todas as escolas, não poderia ser, sabemos, é conhecido e amplamente discutido nesta Câmara, que o Parque Escolar da nossa cidade ainda não foi todo reabilitado, também, não houve condições para isso, embora já se tenham feito muitas obras e, portanto, nem todas as escolas têm para já condições de receber projetos deste género, uma vez que na maioria dos casos, ainda não têm a possibilidade de ter a confecção local, o que inviabiliza, desde logo, o desenvolvimento de projectos como este.-----
----- O Partido Socialista preferia, acima de tudo, pôr o foco no caminho que se tem feito, no bom exemplo que isto é para a cidade em termos nacionais, em termos internacionais e saudar, obviamente, o Executivo Municipal por esta evolução que temos a certeza que se continuará a registar nos próximos tempos.” -----
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----
----- Não registámos mais inscrições, pergunto se a Câmara Municipal quer responder às questões colocadas, Senhor Vereador Ricardo Robles.” -----
----- **O Senhor Vereador, Ricardo Robles**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigado Senhor Presidente, muito boa tarde a todos e todas. -----
----- Umhas breves palavras apenas sobre esta proposta.-----
----- Como sabem, o Município de Lisboa está muito empenhado num programa de refeições saudáveis nas escolas de primeiro ciclo e pré-escolar. Temos já estas seis freguesias que assumem e dão continuidade a este projeto, eu próprio já estive em várias destas escolas e, a experiência que estamos a recolher e o feedback, não só da comunidade escolar, mas das próprias freguesias, é que esta assunção de responsabilidades junto das freguesias tem tido bons resultados. -----
----- E, portanto, a transformação de sistemas de catering, sistemas de empresariais, industriais de confecção para estas fórmulas em que as Juntas de Freguesia se envolvem, não só com os professores e os alunos, mas também com os pais, têm dado resultados positivos. -----

----- Ainda agora, tomou a palavra em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, o Deputado Municipal André Couto que tem esta experiência na escola que tem sobre a sua responsabilidade a “Querubim Lapa” em Campolide, eu próprio já lá estive e a experiência é muito positivas. Almocei noutras escolas e esse tem sido o feedback que temos recebido.-----

----- Este processo de continuidade com as Juntas de Freguesia está a ser feito, temos já encaminhadas as escolas do Parte das Nações, Lumiar, existem já outros diálogos em curso na equipa de refeições escolares com outras freguesias, julgo que em Alcântara, também já está agendada e outras se seguirão.-----

----- Naturalmente, este tem que ser um processo de interesse mutuo e, portanto, a Câmara Municipal quer trilhar este caminho, porque julga, até tem essa perspectiva de uma proximidade às populações, de envolvimento das freguesias com as populações e que pode trazer frutos.-----

----- Há uma percepção de que este sistema pode envolver economia local e, portanto, em vez de consumirmos produtos fora da região de Lisboa, às vezes, até importados, podemos ter os mercados locais a abastecer as escolas.-----

----- Temos uma preocupação, também, sobre a precariedade das funcionárias que trabalham nestas escolas.-----

----- E, portanto, haver também um programa pedagógico sobre alimentação saudável e os impactos na saúde.-----

----- Como dizia este é um processo que tem de ter a perspectiva positiva de ambos os lados e, portanto, as freguesias têm de querer para que isto possa acontecer, mas não há nenhum problema se não aceitarem. Portanto, isto é uma competência da Câmara, nos casos em que as freguesias não aceitem, porque simplesmente não querem assumir essa responsabilidade, naturalmente que o município o fará, assumindo responsabilidades nesta matéria, e assumindo essa competência.-----

----- A terminar, temos o objectivo de durante o próximo ano lectivo acabar com todo o catering a quente em todas as escolas de Lisboa. E nas escolas que ainda não tiverem cozinhas preparadas para confecção local, garantir que a confecção local é feita numa escola na proximidade, sendo o transporte das crianças assegurado para que as mesmas possam comer.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.-----

----- Já esgotou o seu tempo.”-----

----- **O Senhor Vereador, Ricardo Robles**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, pela sua tolerância.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, continuou:-----

----- “Vamos passar a votação da **Proposta n.º 335/CM/2018**. Não há votos contra, abstenções do PEV, votos a favor do PS, PSD, PCP, CDS-PP, BE, PAN, MPT,PEV, e 7 IND. A **Proposta n.º 335/CM/2018** foi **aprovada por maioria**.”-----

----- (Ausência de um Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário) -----
----- (O Senhor Deputado Municipal Rui Pedro Costa Lopes do Grupo Municipal do BE não participou na apreciação e votação desta Recomendação por impedimento legal).”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “PEV, com declaração de Voto. Mais ninguém.”-----

----- **O Grupo Municipal do Partido Ecologista “Os Verdes”**, apresentou a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “O Grupo Municipal do Partido Ecologista “Os Verdes” optou por se abster nas Propostas nº 335/2018 e 361/2018, pelos seguintes motivos:-----

----- Enquanto a Proposta nº 335/2018 propunha a “Prorrogação, para o ano lectivo 2018/2019, dos contratos de delegação de competências, no âmbito do Projecto das Refeições Escolares Saudáveis, celebrados com 6 Freguesias”, a Proposta nº 361/2018, requeria na alínea a) da sua parte deliberativa “a assunção de compromissos plurianuais (...) referente ao concurso público a realizar para o fornecimento de refeições a jardins-de-infância e escolas básicas do 1º ciclo da rede pública da cidade de Lisboa”.-----

----- Para além da referência ao Projecto das Refeições Escolares Saudáveis, em cujo princípio “Os Verdes” se revêm, em ambas as propostas se previa que o fornecimento das refeições fosse feito através da externalização de serviços.

----- Mais concretamente, no primeiro caso, em que se pretendia prorrogar os contratos de delegação de competências celebrados com 6 Freguesias, admitia-se o fornecimento de refeições com catering a frio numa escola da Freguesia de Benfica, catering quente descartável numa outra da Freguesia da Estrela, nos Olivais 2 caterings a frio e 1 catering quente descartável, e em São Domingos de Benfica 1 catering a frio e 1 catering quente descartável, podendo pôr em causa o Programa de Alimentação Escolar ‘Crescer Saudável’ ao perpetuar o regime de ‘catering’ externo.

----- No segundo caso, o concurso destinava-se à selecção de fornecedores externos segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa.-----

----- Reconhecendo-se que na cidade de Lisboa existem muitas famílias com carências socioeconómicas que as impedem de assegurar uma alimentação suficiente e equilibrada aos seus filhos, situação que urge inverter com toda a premência, recordamos, no entanto, que no mandato antecedente, aquando da votação dos anteriores contratos de ‘catering’, houve um consenso de que aqueles seriam os últimos concursos, e que dali em diante a confecção local seria a norma, o que afinal não se veio a verificar em ambas as propostas.-----

----- Lamenta-se, por isso, que a CML não tenha avançado para relevar escolas apetrechadas com cantinas e refeitórios, com a gestão pública e confecção local das refeições, a partir do ano lectivo 2018/19, assumida pelo Município através da contratação de pessoal e não renovando os contratos com empresas externas fornecedoras de refeições escolares.-----

----- Pelos motivos expostos, “Os Verdes” não podem concordar com a totalidade das pressupostas das Propostas nº 335/2018 e 361/2018, daí a abstenção do seu Grupo Municipal.-----

----- Assembleia Municipal de Lisboa, 3 de Julho de 2018-----

----- O Grupo Municipal do Partido Ecologista “Os Verdes”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, referiu:-----

----- “Vamos passar a votação da **Recomendação n.º027/01 (1ªCP)**. Não há votos contra, abstenções do PEV, votos a favor do PS, PSD, PCP, CDS-PP, BE, PAN, MPT,PEV, e 7 IND. A **Recomendação n.º027/01 (1ªCP)**, foi **aprovada por maioria.**”-----

----- (Ausência de um Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário)-----

----- (O Senhor Deputado Municipal Rui Pedro Costa Lopes do Grupo Municipal do BE não participou na apreciação e votação desta Recomendação por impedimento legal).-----

----- **2. APRECIACÃO DA PROPOSTA N.º 01/MPT/2018 – DEBATE TEMÁTICO “IMPACTO DA MASSIFICAÇÃO DO TURISMO NA CIDADE DE LISBOA” NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ART.º 39º DO REGIMENTO; GRELHA-BASE–34 MINUTOS;**-----

----- (A Proposta nº 01/MPT/2018 fica anexada à presente Ata, como Anexo IV e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, continuou:-----

----- “Vamos passar ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, ponto dois, apreciação da Proposta n.º 1/MPT/2018, que está na Ordem de Trabalhos como Debate Temático “*Impacto da Massificação do Turismo na Cidade de Lisboa*”, nos termos da proposta e ao abrigo do regimento, entretanto, na Conferência de Representantes o MPT referiu que ia fazer uma alteração e, portanto, a denominação do debate e da proposta seria, Debate Temático sobre o “*Impacto do Turismo na Cidade de Lisboa*”. -

----- Vamos dar a palavra ao proponente.-----

----- Recordamos que para estas propostas, quer a Câmara quer nos partidos proponentes, têm mais um minuto e, portanto, têm 4 minutos para fazer a gestão.-----

----- Tem a palavra Senhor Deputado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Mário Freitas (MPT)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício, Senhores Vereadores, caros colegas e demais presentes.-----

----- O Partido da Terra submete hoje a plenário uma Proposta para um Debate Temático sobre o “*Impacto do Turismo na Cidade de Lisboa*”.-----

----- Considerando que o Turismo é importante factor de mudança, pois mais do que uma actividade económica é também uma actividade social, provocando impactos positivos e negativos em todos os elementos que a envolvem, entende o Partido da

Terra ser necessário e urgente debater de que modo estas dinâmicas têm implicações nos que vivem na cidade de Lisboa. -----

----- Não obstante concordámos que o Turismo é uma fonte que gera trabalho e rendimento, que catalisa infra-estruturas urbanas e serviços públicos essenciais, também não é menos verdade que muitas vezes, arrasta consigo o aumento dos preços e consequentemente a especulação imobiliária, provocando desigualdades de rendimento, ao mesmo tempo que traz amiúde, benefícios a um pequeno grupo de pessoas. -----

----- Apesar de esta Assembleia já ter debatido “*A habitação em Lisboa*” e o “*Alojamento local*” consideramos que se deve ir mais além, ao cerne da questão, isto é, ao denominador comum, que por um lado gera problemas ao nível da habitação em Lisboa, mas por outro potência o aparecimento em massa do alojamento local, ou seja, o Turismo. -----

----- É facto, e notório, que de há quatro anos para cá, em particular com o crescente *boom turístico*, tem vindo a assistir-se a uma transformação profunda, diríamos fora do comum, nos bairros históricos de Lisboa. -----

----- Devido a este *boom*, muitos senhorios estão a aproveitar para vender os seus imóveis a preços mais elevados, que os novos proprietários estão maioritariamente a transformar em alojamento local.-----

----- Num curto período de tempo, centenas de pessoas, têm recebido ordens de despejo, que vêm sempre acompanhadas de pressões, por parte dos senhorios, para os inquilinos abandonarem o imóvel o quanto antes. -----

----- Por tudo isto, e por defendermos ser fundamental perceber como a população de Lisboa sente os impactos negativos produzidos pelo turismo e a importância que a comunidade atribui a este turismo, consideramos pertinente realizar um Debate aberto ao público, com 2 sessões, cada uma com a duração de aproximadamente de 3 horas, que contará com oradores convidados, entidades, público, para além do Executivo e Deputados Municipais.-----

----- A primeira sessão teria como objectivo abordar a temática da “Especulação Imobiliária- Investimento Estrangeiro” e a segunda sessão focar-se no “Impacto social e Turistificação”. -----

----- Obrigado!” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, continuou: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada, Carla Madeira do Partido Socialista.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Carla Madeira (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Vereadores, Público e Comunicação Social. -----

----- O turismo tem crescido na cidade de Lisboa a um ritmo bastante elevado, ano após ano vemos o número de turistas que chega a Lisboa atingir novo record. -----

----- Lisboa foi eleita a melhor cidade destino da Europa pelo segundo ano consecutivo, facto com qual nos congratulamos. -----

----- Este movimento tem provocado profundas alterações no tecido urbano e no tecido social e económico da cidade, a reabilitação urbana teve um enorme impulso nos últimos anos, a economia teve um grande desenvolvimento com a consequente diminuição do desemprego. -----

----- O crescimento do turismo constitui um factor importante para o crescimento da economia nacional e local, de facto, o turismo tem trazido à cidade de Lisboa fortes impactos positivos. -----

----- Com todo, este movimento acelerado também, tem trazido bastantes impactos negativos que não podemos ignorar e que devemos analisar, o aumento da procura de alojamento temporário associado ao turismo tem concorrido para modificações profundas no mercado imobiliário e para a transformação do perfil socio demográfico urbanístico e habitacional da cidade de Lisboa. -----

----- Partido Socialista, considera que é urgente e indispensável encontrar soluções que possam conciliar três factores: equilíbrio, sustentabilidade e salvaguarda do direito à habitação. -----

----- Tal como o Primeiro-Ministro afirmou este fim-de-semana, o objectivo do Governo e do PS não é restringir o turismo, mas sim aumentar a oferta de quem não é turista, pois, caso contrário, os turistas deixaram de nos visitar. -----

----- A nossa identidade é um valor patrimonial único e um factor de atractividade acrescido, que deve ser preservado e promovido, pois, tal com António Costa também referiu os turistas vêm a Portugal enquanto as cidades têm vida e isso só acontece, enquanto houver autenticidade que é dada por quem lá vive e não por quem vem de fora. -----

----- A promoção do direito à habitação, constitui pois um elemento determinante para fomentar o turismo, aumentar a atractividade do país e da cidade de Lisboa, preservar a identidade cultural e, naturalmente, para cumprir um dos direitos fundamentais fundadores da nossa Constituição, que concorre para a justiça, coesão e desenvolvimento social. -----

----- As novas dinâmicas que a cidade de Lisboa apresenta, registou-se não apenas no domínio da habitação onde é necessário adoptar novas medidas, nomeadamente, a atribuição de competências aos municípios que lhes permitam regular e estabelecer critérios para alojamento local, mas também em outras áreas da governação da cidade, designadamente nos sectores do Ambiente, da Higiene Urbana e do Património e Espaço Público. -----

----- A estratégia política para a cidade, deve por isso prever e implementar medidas que, numa lógica de discriminação positiva e equidade, permitem capacitar as entidades competentes para responder às exigências e necessidades das zonas da cidade e das áreas sectoriais mais vulneráveis e afectadas, face a gentrificação e ao mais elevado índice de utilização do espaço público, que se traduzem na produção de

mais resíduos urbanos, sólidos, mais estritos e sujidade das vias públicas e, maior desgaste prematuro de materiais e equipamentos públicos, a título, de exemplo, a Freguesia da Misericórdia que produz mais de 30 toneladas de resíduos por dia. -----

----- Os princípios da equidade e coesão e solidariedade são elementos essenciais indispensáveis para os desafios que se colocam, trata-se de uma tarefa complexa e exigente para a qual todos nos devemos sentir convocados. -----

----- Neste contexto, o Grupo Municipal do Partido Socialista considera que todas as iniciativas que visem contribuir para este desígnio colectivo deve ser acolhidas e apoiadas, pelo que os eleitos do PS na Assembleia Municipal de Lisboa, votam favoravelmente a proposta de realização de um debate temático, sobre o impacto do turismo na cidade de Lisboa, irão apresentar propostas para o debate indicando entidades e personalidades de relevo nesta temática convidar. -----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada, Isabel Pires do Bloco de Esquerda.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada, Senhor Presidente. -----

----- Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do executivo. -----

----- Relativamente à Proposta do MPT, do debate temático do “*Impacto do Turismo na Cidade de Lisboa*”, o Bloco de Esquerda acompanha realização este debate como é óbvio, o modelo proposto, parece-nos bastante razoável e permitirá ter dois debates que versando sobre o mesmo tema, se poderão focar em temas mais específicos associados ao turismo. -----

----- E, como já aqui foi dito, é um tema que tem sido recorrente nesta Assembleia Municipal, ao longo dos últimos anos por razões absolutamente óbvias, do crescimento exponencial que o turismo tem tido na cidade de Lisboa e, de facto, tem sido aquilo que é o centro das políticas locais neste momento, porque condiciona muito aquilo que são as políticas de habitação, de transportes, de prestação de serviços públicos no seu geral e, portanto, é impossível hoje em dia ter qualquer tipo de decisão política municipal ou até nacional, sem ter em conta esta vertente. -----

----- E, infelizmente, nem sempre os alertas que foram sendo dados, fossem ouvidos por forma, a que se pudessem ter políticas que mitigassem de alguma forma os impactos negativos, que também existem. Como é óbvio, há aos impactos positivos, mas aos negativos, também, que mitigassem de alguma forma estes impactos negativos na vida da Cidade e dos lisboetas e das lisboetas. -----

----- E, portanto, hoje estamos numa altura em que aquele equilíbrio que se falava, que era necessário existir para o bom funcionamento de uma cidade, entre o turismo e a

qualidade de vida que é dada aos municípios, é muito difícil neste momento, chegarmos a esse equilíbrio, porque se deixou andar as coisas de tal forma e sem qualquer tipo de controlo que as consequências estão à vista, despejos massivos e sabemos que muitas vezes esses despejos servem para colocar alojamento local ou outros edifícios hoteleiros que estão a despejar os centros históricos, mas não só aos centros históricos, já é algo que ocorre em toda a cidade e que se estende à periferia da cidade e a outros concelhos limítrofes. E portanto, do ponto de vista da manutenção dos municípios na cidade, afigura-se cada vez mais complicado e, por isso é que as propostas que estão hoje em cima da mesa são urgentes, são muito importantes e esperemos que elas sejam aplicadas o mais brevemente possível. -----

----- É verdade que Lisboa tem recebido muitos prémios relativamente ao turismo, ninguém nega a importância que esses prémios poderão ter, mas a verdade é que ano após anos, Lisboa tem sido considerada um dos melhores destinos turísticos, um dos melhores destinos ao longo destes últimos anos, mas, ao mesmo tempo tem-se degradado a condição de vida dos municípios, e esse é o único erro, é o erro que nós apontamos, sistematicamente, na visão que se tem tido para a Cidade. É que não se teve em conta durante estes anos todos, as consequências negativas que ele teria para a cidade. -----

----- E, portanto, neste momento das duas, uma, ou nós temos um debate sério que não quisemos ter até agora, sobre os impactos negativos do turismo e propomos soluções rápidas, ou então corremos o risco, como já foi dito, de termos uma cidade futuramente fantasma, onde os turistas vêm-se ver a si próprios, porque já não haverá pessoas a habitar e isso, acho que é aquilo que todos nós não queremos para a nossa cidade e, portanto, temos que unir todos os esforços possíveis para o combater.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Luís Newton.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente em exercício, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Vereadores, Público aqui presente.-----

----- Este é um tema de facto, cada vez mais central naquilo que as políticas de envolvimento e de reabilitação até da própria cidade. Um esforço que se considere necessário para assegurar que, em primeiro lugar, para os seus próprios habitantes, Lisboa é atractiva. E o debate urje porquê? Porque independentemente de matérias que mereçam, obviamente, qualquer reflexão do ponto de vista legislativo, a verdade é que cabe à cidade, aos seus decisores políticos e, obviamente, à Assembleia Municipal e aos Presidentes de Junta, uma reflexão conjunta sobre a mensagem e sobre a estratégia que queremos para aquilo que é a evolução do turismo na cidade e, de que

forma essa intervenção pode, ou não, chocar com os interesses dos seus próprios habitantes.-----

----- E a verdade é que temos que olhar para Lisboa, não só numa perspectiva comunitária, mas também numa perspectiva cosmopolita, por isso é particularmente importante os sinais que vamos dando no âmbito da gestão da própria cidade. -----

----- Se queremos assegurar que nos bairros históricos, não vemos uma ocupação exacerbada dos equipamentos e dos edifícios por alojamento local temporário, não pode a Câmara Municipal vir a autorizar alterações de utilização aos seus rés-do-chão, transformando aquilo que era um comércio local de bairro, em mais um apartamento para alugar. É uma mensagem contraditória. -----

----- Não podemos, também, estar preocupados, com o bem-estar e com qualidade de vida da nossa própria comunidade, sabendo a pressão a que estão sujeitos, no âmbito daquilo que é um conjunto de zonas urbanas consolidadas e que são, por excelência, muitas vezes, os bairros históricos postais da própria cidade para os turistas e, depois, não poder assegurar devidamente os lugares de estacionamento, para as pessoas que já lá vivem ou pior, criar condições que, do ponto de vista do acesso à mobilidade e, sobretudo, do acesso ao estacionamento, criem regras diferentes, promovendo uma ideia de população de Lisboa de primeira e população de Lisboa de segunda. E aquilo que a cidade se deve esforçar, não é que sejam os seus residentes de primeira, ou os turistas de segunda, ou os ocasionais de segunda. Política integrada de gestão de Cidade com preocupação no mito do turismo tem que ser centrada na sua própria população, para que tanto o turista, como o habitante ocasional, como o habitante residente, sejam todos, em Lisboa, considerados cidadãos de primeira.-----

----- Muito obrigada Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Não temos mais inscrições, não sei se a Câmara quer usar da palavra. -----

----- Senhor Vereador João Paulo Saraiva? -----

----- É melhor não... então, muito bem. -----

----- A Câmara prescinde, não registado a Mesa mais inscrições. -----

----- Vamos passar à votação da **Proposta n.º 01/MPT/2018**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PPM, MPT, e 7 IND. A **Proposta n.º 01/MPT/2018** foi **aprovada por unanimidade**.”-----

----- (Ausência de um Deputado(a) Municipal da Sala de Plenário) -----

----- (Ausência do Grupo Municipal do PMM da Sala de Plenário)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, continuou: -----

----- “O microfone, ao Senhor Deputado Modesto, a não ser que queira usar o púlpito para uma declaração de voto oral da bancada do Partido Comunista Português sobre esta matéria”. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte **declaração de voto oral**:-----

----- “A Declaração vem neste sentido, é que todas estas questões que aqui foram ditas hoje, foram sendo repetidas já, pode dizer-se, ao longo dos anos, efectivamente não passamos das declarações de boas intenções.-----

----- O Senhor Primeiro-ministro vai ao Porto e diz que nós não podemos preparar cidades como se fossem Circos, ou qualquer coisa parecida, mas é isso que está a acontecer em Lisboa, cada vez mais. -----

----- O que nós propúnhamos da bancada do PCP, era que trabalhassem para que este evento, esta iniciativa, tivessem decisões que fossem, efetivamente, acolhidas e acatadas pela Câmara Municipal, pelo Executivo Municipal, porque se assim não for não vamos a lado nenhum e continuamos, obviamente, aqui a repetir cada vez mais no vazio, aquilo que são as boas intenções, as boas propostas.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Fica feita a Declaração de Voto oral do Partido Comunista Português. -----

----- Senhoras e Senhores Deputados em relação ao ponto seguinte na ordem de trabalhos e mais uns quantos, nós temos como ponto seguinte na Ordem de Trabalhos, uma proposta apresentada pelo Partido Social Democrata, Operacionalização e actualização do Plano de Emergência dos Parques de Estacionamento, Edifícios Públicos de Lisboa. -----

----- Entretanto, o PSD apresentou uma Recomendação sobre esta Proposta, bem como a apresentou só mais quatro recomendações, sobre proposta de ordem de trabalhos, num momento ainda não houve condições, porque foram entregue há três ou quatro minutos, talvez à cinco, elas estão a ser numeradas e distribuídas a todos os Senhores Deputados Municipais e, portanto, se não houver oposição para não estarmos a iniciar um debate, é regimental a apresentação de recomendações sobre as propostas até o seu início, mas elas tem que ser do conhecimento dos Senhores Deputados e, portanto, vamos dar continuidade à ordem de trabalhos e depois cá voltaremos a estas matérias.-----

----- Senhor Deputado Luís Newton quer usar da palavra, microfone, ao Senhor Deputado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “Senhor Presidente, muito obrigado, só para uma interpelação à Mesa na sequência da intervenção do Senhor Presidente e, para facilitar a condução dos trabalhos e uma correta avaliação das propostas, o PSD propõem que estas propostas juntamente com as recomendações que daqui resultaram, possam transitar, a sua análise possa ser suspensa nesta sessão, e possam transitar para uma próxima sessão, puxando os outros pontos da ordem de trabalhos que certamente, também, terão alguma urgência por parte do município e, assim, assegurando que todos os Deputados Municipais têm condições para analisar, detalhadamente essas propostas.” -

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Há uma proposta na ordem de trabalhos. Senhor Deputado Luís Newton. -----

----- Há uma proposta na Ordem de Trabalhos que é Proposta n.º 05/PSD/2018, “*Crescimento Ensino Superior em Lisboa*”, que nós não temos nenhuma recomendação e entrada na Mesa e, portanto, essa podemos discutir, a não ser que o PSD ainda queira apresentar? Não. Então essa pode discutir. Muito bem, então vamos.

----- Sim, Senhor Deputado?” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra, colocou a seguinte questão: -----

----- “Só para que não haja dúvida, sobre a bondade da minha intervenção, a questão é muito simples, o regimento permite que sejam introduzidas estas recomendações, neste momento, sobre as propostas. No entanto, entendemos que para poder dar condições para esse debate que estamos a propor, essa que o Senhor Presidente agora referiu, não tem uma recomendação neste momento e, portanto, julgo que fará sentido podermos fazer essa discussão, agora.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Sim, não há dúvidas que o regimento permite, Senhor Deputado, por isso mesmo é que a Mesa as admitiu e, estavam a ser numeradas e fotocopiadas pelos serviços. -----

----- O que acontece é que, não discutindo o Regimento, andamos mais depressa e, portanto, chegámos ao ponto e ainda não estavam distribuídas por todos os Senhores Deputados. -----

----- Bem então, a Proposta n.º 02/PSD/2018, vai ser adiada para a continuação desta sessão. -----

----- A Proposta n.º 351/CM/2018, com o *Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras do Município, consolidados relativos ao ano de 2017*, já tínhamos consensualizada na Conferência de Representantes, uma vez que a 1ª Comissão ainda não emitiu o Parecer e só o fará, provavelmente, na reunião de amanhã, já tínhamos consensualizado, que será no dia doze e, tínhamos combinado na Conferência de Representantes que seria agora e penso que esse consenso podemos manter, que seria exactamente substituída, aqui na Ordem de Trabalhos, pela discussão da Proposta n.º 349/CM/2018, relativa à *Atribuição de subsídio à exploração e minuta de contrato-programa a celebrar com a GEBALIS – gestão do arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa, E.M., bem como a solução de compromisso plurianual* e importantes face ao consenso e ao compromisso que foi feito na Conferência de Representantes, será este o ponto que nós vamos debater agora. -----

----- A propósito deste ponto e, portanto, para todos os Senhores Deputados se situarem, vamos debater o contrato-programa com a GEBALIS, dar nota de dois erros que foram detectados. O primeiro, um erro material que a Câmara nos pediu para que pudesse ser suprido e, depois também um erro no parecer que foi identificado. Existe

um erro material na classificação económica, no Ponto C da parte deliberativa da proposta é da orgânica L14.01, rubrica económica 05.01.01.01.03 Plano de Acção A1.P003. 01 e no número 7 da cláusula n.º 5 da minuta de contrato, é da orgânica L14.0 1 rubrica económica 05.01.01.01.03 Plano de Acção A1P006.01 e, naturalmente só pode ser esta classificação económica. Nós tínhamos questionado o Senhor Vereador e, portanto, aquilo que está certo é o segundo que eu iniciei ou seja plano de acção A1P006.01. Na repartição de encargos no ano de 2019, deste ter menos um milhão e quinhentos mil, que são adiantados em 2018. Portanto, são estas duas referências que se dão como corrigidas com a leitura de erros materiais.-----

----- Em relação, ao Parecer, cuja relatora Senhora Deputada Municipal Inês Drummond também, fomos alertados que tem um erro. Declara que o parecer foi aprovado por unanimidade, Parecer da 1ª e 5ª Comissões quando a indicação que a Mesa tem é que o Partido Ecologista, “Os Verdes”, com o Bloco de Esquerda e com o CDS, se abstiveram na votação deste parecer e, portanto, também deve ser dado como materialmente corrigido.-----

----- Dar por fim nota, que o Senhor Deputado Mário Patrício, também se declara como impedido de participar na discussão e na votação desta Proposta.-----

----- Feito este anúncio e estas correções materiais, quer ao conteúdo da proposta, quer do parecer, vamos dar a palavra se assim o entender, à Câmara Municipal para apresentar a proposta.-----

----- Senhor Vereador João Paulo Saraiva.”-----

----- **11. APRECIACÃO DA PROPOSTA N.º 349/CM/2018 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO E MINUTA DE CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR COM A GEBALIS - GESTÃO DO ARRENDAMENTO DA HABITAÇÃO MUNICIPAL DE LISBOA, E.M., S.A., BEM COMO A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA I) DO N.º 2 DO ART.º 23º E ALÍNEA N) DO N.º 1 DO ART.º 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO NO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL; GRELHA BASE: 34 MINUTOS;**-----

----- (A Proposta n.º 349/CM//2018 fica anexada à presente Ata, como Anexo V e dela faz parte integrante).-----

----- (O Parecer da 1ª 5ª Comissões Permanentes, fica anexado a esta Ata, como Anexo VI e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Vereador, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte apresentação:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente.-----

----- Senhores Deputados, trazemos aqui hoje uma proposta extraordinariamente relevante, porque vem reforçar aquilo que é a capacidade da Empresa Municipal, detida a cem por cento pelo Município, GEBALIS na execução de um conjunto alargado de reabilitações em habitação Municipal.-----

----- Estamos perante um contrato-programa, que terá que ser submetido para além da Câmara, da Assembleia, ao Tribunal de Contas, para onde seguirá, esperemos nós com toda a certeza, após apreciação desta Assembleia.-----

----- Estamos a falar de vinte e sete vírgula cinco milhões de euros e, com um conjunto de intervenções, que seguem evidentemente um conjunto de outras dezenas de milhões de euros, que temos vindo a executar e alguns ainda estão em execução, num conjunto de bairros e habitações municipais e este vem na continuidade de todos esses outros, reforçar essa mesma capacidade de intervenção da GEBALIS nestes bairros e, os bairros são: o Bairro das Açucenas, Bairro do Armador, o Bairro dos Alfinetes, o Bairro Casal dos Machados, o Bairro do Condado, o Bairro João Nascimento Costa, o Bairro de Telheiras Sul, a Quinta do Loureiro, no Bairro do Rego, reabilitação dos espaços não habitacionais e de frações habitacionais.-----

----- É um conjunto vasto de intervenções, que só é possível agora em fase de conclusão dos estudos prévios, sobre condições destas mesmas frações e destes edifícios. E, portanto, o que estamos aqui a submeter hoje é, de facto, a continuidade de uma política que tem tido esta orientação que, obviamente, só podemos chegar aqui e a este volume de intervenções, porque também a GEBALIS, teve a capacidade ao longo destes últimos anos, de se ir apetrechando, de forma a ter um maior volume de intervenções em execução.-----

----- E, portanto, é com enorme regozijo que nós trazemos aqui hoje esta proposta, reforçando nesta quantia tão significativa, estes vinte e sete mil virgula cinco milhões de euros, a política habitacional municipal do Município de Lisboa.-----

---- Muito obrigado”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Inês Drummond.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “A Senhora Deputada é para apresentar o parecer, oriundos das Comissões e com a correção material que anunciamos há pouco.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Drummond (PSD)** no uso da palavra, e na qualidade de Relatora do Parecer Conjunto da 1ª e 5ª Comissões Permanente, referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Presidente em exercício.-----

----- A situação de carência habitacional, na Cidade de Lisboa é uma realidade que urge ultrapassar, utilizando o património municipal para o efeito em conjugação com outros instrumentos, nomeadamente, parceria com entidades públicas, bem como a necessidade de alterações estruturais no que toca a legislação associada ao arrendamento.-----

----- A Gebalis, Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal em Lisboa, empresa municipal SA, é uma pessoa coletiva de direito privado, com natureza municipal constituída sob forma de entidade empresarial local nos termos da Lei n.º 50/2012 de 31 Agosto, na sua redação atual.-----

----- Nos termos dos seus estatutos, a GEBALIS, tem como objeto a promoção e a gestão de imóveis de habitação municipal, bem com a gestão de outro património edificado habitacional, que o município decide afetar ao arrendamento, desenvolvendo a atividade de gestão social patrimonial e financeira dos Bairros municipais, em moldes a definir pela Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Na persecução do seu objeto social é atribuição da GEBALIS, assegurar a manutenção do parque edificado, promovendo para o efeito a execução de obras de conservação reabilitação e beneficiação para responder às diversas necessidades. -----

----- Nos artigos n.º 20 e 26, dos estatutos da GEBALIS, prevê-se expressamente que aquela entidade celebrará o Município de Lisboa contratos-programa, onde se definiram as orientações estratégicas a seguir pela empresa e, pormenorizadamente as funções de desenvolvimento económico local, que lhe caba desempenhar os objetivos a perseguir, bem como o montante de comparticipação que terá direito em contrapartida pelas tais obrigações assumidas. -----

----- A missão da GEBALIS no âmbito do presente contrato-programa, será de assegurar de acordo com as suas finalidades estruturais expressas, a reposição das boas condições de habitabilidade dos bairros municipais, acelerando as intervenções consideradas prioritárias para o efeito. -----

----- A finalidade do contrato-programa materializando-se na criação de condições para que a GEBALIS, desempenhe o seu objetivo estatutário de manter boas condições de habitabilidade do património habitacional municipal, confiando a sua gestão. -----

--- As intervenções envolvidas traduzem-se em obras de requalificação, beneficiação, conservação e manutenção, abarcando também, os procedimentos e os procedimentos competentes necessários para a realização daquelas. -----

----- A GEBALIS deve ainda no âmbito presente contrato-programa, apresentar candidaturas elegíveis para o co-financiamento de ações previstas, no presente contrato, por programas operacionais incluídos no Portugal 2020, ou noutros programas de apoio de natureza nacional ou comunitária. -----

----- O município atribuirá à GEBALIS, um subsídio de exploração no valor global de vinte e sete milhões e quinhentos mil euros, de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos, em 2019, um valor de oito milhões de euros, em 2020, o valor será de nove milhões e setecentos e cinquenta mil euros, em 2021, de nove milhões e setecentos e cinquenta mil euros. De notar que a título de adiantamento em 2018, assim que seja concedido o visto do Tribunal de Contas, poderá se transferido um milhão e quinhentos mil euros referentes ao ano de 2019. -----

----- Pelo exposto, a 1ª e a 5ª Comissão concluem que a Proposta n.º 349/CM/2018, está em condições de ser debatida e votada em plenário da Assembleia Municipal com efeito, Senhor Presidente, o Parecer foi aprovado com três abstenções; PEV, Bloco de Esquerda e CDS-PP e foi, portanto, aqui um lapso do parecer.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

----- Vamos dar continuidade com os oradores inscritos.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado, Fábio de Sousa do Partido Comunista.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fábio de Sousa (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente em exercício, Executivo Camarário, caro Público aqui presente, trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Boa tarde.-----

----- A proposta que aqui se apresenta, consideramos e temos em conta que estas obras pretendem dar seguimento a um programa de obras dos bairros municipais e, que alguns deles são absolutamente úteis e necessários e, que se não existirem poderão acabar por colocar, já não só a questão do conforto dos habitantes, mas também as suas próprias vidas em risco. -----

----- No entanto, gostaríamos de saber, se destas empreitadas será dado conhecimento a esta Assembleia Municipal, à medida que elas vierem a ser lançadas, ou será pelo menos, dado conhecimento público, aquilo que vai ser a intervenção por parte da GEBALIS. -----

----- A nossa perceção deriva, naturalmente da passagem de responsabilidades, de realizar grandes obras para a GEBALIS, que antes estavam na esfera da Câmara Municipal de Lisboa e, agora naturalmente com a sua passagem para a GEBAIS, ficarão sujeitas a menos escrutínio democrático, e alimentado o caminho de esvaziamento dos serviços da Câmara Municipal que, neste caso do Departamento a Municipal de Projetos e Obras.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Costa do Bloco de Esquerda.” -----

----- **O Senhor Deputado, Rui Costa (BE)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores e Senhoras e Senhores Deputados Municipais.-----

----- O Grupos Municipal do Bloco de Esquerda, saúda este investimento, alias inscrito nas grandes opções do plano, no entanto não deixamos de ver com preocupação que, para além da circunstância de haver uma privatização no fundo da gestão destas obras a serem executadas, na medida em que é esterilizada por uma entidade de direito público, empresa municipal, mas não deixa de em algumas matérias, não em todas, seguir as regras de direito privado e recordamos que aqui não estão em causa as regras de contratação pública ao contrário do que possam querer vir, aqui, fazer querer. -----

----- Nós gostaríamos de chamar a atenção para duas coisas. Em primeiro lugar, a sucessivas e anteriores contratos, programa deste género, as sucessivas alterações de repartições de encargos que iniciaram, que os contratos não foram executados nos termos em que se encontravam previstos e que, portanto, houve atrasos na execução dos mesmos por parte da GEBALIS. -----

----- Em segundo lugar, gostaríamos de ver nesta proposta e talvez a Câmara Municipal, possa esclarecer a esse nível, qual é a calendarização das obras que são objeto deste contrato-programa. É que sabemos a localização, sabemos o tipo de intervenções, mas não sabemos qual será a calendarização ao longo destes anos, e terá que ser uma calendarização, necessariamente, plurianual, na medida que também, os efeitos contrato-programa são plurianuais. E que entendemos que é da mais elementar justiça, quer para os moradores, quer para a decisão da própria Assembleia Municipal, saber em que momento é que cada uma das obras, ou cada um dos bairros, será intervencionado e até para podermos avaliar melhor de futuro, as repartições de encargos, em caso de um indesejável incumprimento deste contrato-programa.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.-----

----- Não queremos mais inscrições, Senhor Vereador João Paulo Saraiva.” -----

----- **O Senhor Vereador, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

----- Começava por dizer, peço desculpa, por me repetir tantas vezes, a dizer umas coisas, mas como os argumentos desse lado também não mudam, eu fico com uma certa dificuldade em não repetir.-----

----- Pois é, que há coisas que depende da forma como olhamos para elas! Quando queremos olhar de forma enfiada, não deixamos de olhar sempre forma enfiada e, portanto, tem que dizer sempre a mesma coisa. -----

----- Primeira coisa, quem manda na Gebalis como em todas as empresas municipais, detidas a cem por cento pela Câmara Municipal, é o Município de Lisboa, e manda como? Através dos seus órgãos. Já foi diferente Senhores Deputados. Já.-----

----- A Assembleia Municipal, já teve mais capacidade interventiva, mas perguntam os Senhores Deputados: a Assembleia Municipal deixou de ter capacidade interventiva? Não, Senhores Deputado, a Assembleia Municipal continuam a ter capacidade interventiva, pode chamar a si, toda a informação que considerar conveniente, os relatórios trimestrais, os relatórios semestrais, fazer pontos de situação sobre a execução todos os contratos-programa, que é que a Assembleia Municipal que os aprova, como aliás, é prova evidente que estamos aqui a fazer hoje, relativamente às suas repartições de encargos. -----

----- E portanto, eu a tenho dificuldade em perceber, como é que sendo uma entidade detida a cem por cento por nós não controlamos! O que estamos a falar? De fuga à contratação pública? Com certeza que não! As empresas municipais estão obrigadas

exatamente às mesmas regras do Código da Contratação Pública, portanto, não há aqui nenhuma diferença sobre esta matéria da contratação. -----

----- Há diferenças, de facto, sobre a forma como escrutina aquilo que se vai fazer, mas é só da forma, porque o escrutínio continuam lá. É possível a qualquer momento, esta assembleia descortinar tudo ao mais ínfimo pormenor de cada empresa municipal. -----

----- Portanto, não percebo essa dificuldade que, sistematicamente se tenta trazer para estas discussões. -----

----- Depois deixem-me dizer, Senhores Deputados, que não se pode à segunda-feira, quarta-feira e sexta-feira, dizer que a política municipal de habitação tem que ser reforçada, tem que ter uma outra dinâmica, uma outra capacidade. E às terças e quintas, ou outro dia qualquer da semana, dizer que se está a utilizar empresas municipais. Pois, utilizam-se empresas municipais porque pretendemos ser mais rápidos e eficazes, queremos fazer mais depressa e fazer mais volume financeiro de intervenções nas nossas habitações do município e é por essa razão que estamos a fazer estes volumes de contratos-programa. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado, Senhor Vereador, entretanto, beneficiou da cedência de tempo dos Deputados Municipais que exercem o mandato como Independentes. -----

----- Seria bom que os Grupos Municipais que querem aceder tempo uns aos outros ou à Câmara não esperem até nós começarmos a sinalizar que o tempo se esgotou, para depois não estarmos a ser acusados de beneficiar um ao outro, porque depois não é automático, nós recebemos indicação da Mesa e transmitimos aos serviços para começarem a contar o tempo. -----

----- Entretanto, registou-se mais uma inscrição? As minhas secretárias não se entendem, mas em versão definitiva não há mais inscrições. -----

----- Vamos passar à votação da **Proposta n.º 349/CM/2018**. Não há votos contra, abstenções do PSD, PCP e PEV votos a favor do PS, CDS-PP, BE, PAN, MPT, e 5 IND. A **Proposta n.º 349/CM/2018** foi **aprovada por maioria**.” -----

----- (Ausência de três Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário) -

----- (O Senhor Deputado Municipal Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício do Grupo Municipal do PS não participou na apreciação e votação desta Recomendação por impedimento legal) -----

----- (O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, não apresentou até à data da elaboração da presente ata, a Declaração de Voto anunciada) -----

----- **O Grupo Municipal do CDS-PP, apresentou a seguinte Declaração de Voto:** -

-----“*Proposta 349/2018 (CML)* -----

----- *Atribuição de subsídio à exploração e minuta de contrato-programa a celebrar com a GEBALIS - Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa, E.M., S.A., bem como a assunção de compromisso plurianual*-----

----- **Os Deputados Municipais do CDS-PP**, declaram que votaram a favor na votação acima referenciada por considerarem que: -----

Esta proposta viabiliza a atribuição pelo Município de Lisboa à GEBALIS de um subsídio à exploração de um valor global de 27.500.000,00€ (vinte e sete milhões e quinhentos mil euros) entre 2018 e 2020, pelo que entendemos urgente o investimento para habilitar e melhorar a gestão do Arrendamento de Habitação Municipal e Social de Lisboa. -----

----- *No entanto, gostaríamos de salientar as nossas reservas quanto à gestão da GEBALIS, empresa municipal que tem apresentado diversos problemas de gestão e de saúde financeira, demonstrando incapacidade na gestão do arrendamento, na atribuição de casas bem como na reabilitação do edificado. A vereadora Paula Marques confirmou em sessão de CML a incapacidade de cumprimento do anterior contrato-programa, cuja execução só foi de 50%, sendo os resultados apresentados em 2017 a prova desta mesma afirmação.* -----

----- *A GEBALIS não tem tido a capacidade de gerir o âmbito para o qual foi criada e injectar capital não é a única solução para dar resposta às questões de habitação social.* -----

----- *É evidente também que para uma eficaz gestão da habitação municipal, deverá existir um reforço dos recursos humanos, uma vez que à data de hoje, para gerir cerca de 23.700 habitações, a GEBALIS é composta apenas por 200 trabalhadores dos quais 85 trabalham no terreno junto das populações, sendo para o CDS-PP urgente dotar a GEBALIS de meios humanos que permitam a esta empresa municipal o devido acompanhamento em situações de maior carência social.* -----

----- *Entendemos ainda que é essencial identificar os fogos desocupados/desabitados ou devolutos, cujos dados publicados até à data não permitem a devida identificação e apuramento de dados. Deverão ser identificados e publicados os dados relativos ao número de casas em cada bairro que estejam nessas condições.* -----

----- *Lisboa, 3 de Julho de 2018* -----

----- *Pelo Grupo Municipal do CDS-PP*-----

----- *Diogo Moura*” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, continuou: -----

----- “Microfone ao Senhor Deputado Modesto Navarro, para uma declaração de voto Oral do Partido Comunista Português.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte declaração de voto oral: -----

----- “Para dizer a Câmara e o Senhor Vereador em especial que, nós referimos na nossa intervenção a questão da separação, ou do isolamento das questões, quanto ao executivo da Câmara Municipal e, o Senhor Vereador foi generoso, a Assembleia Municipal tem todas as condições, obviamente que sim, nalgumas tem trabalhado bastante, por exemplo, um bloco que ainda está à espera de obras que foram aqui afirmadas pela Câmara que iriam começar em Junho de 2015 e, ainda lá estão, com as casas a apodrecer. -----

----- E, portanto, a questão é clara, o que vemos nestas empresas e neste trabalho segmentado, é que o executivo da Câmara Municipal não tem acesso como deveria ter às matérias de forma quotidiana, para realmente poder interferir e propor. É só isso.----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Deputado.-----

----- Entretanto, o Senhor Vereador João Paulo Saraiva tinha pedido uma interpelação à Mesa, para darmos uma informação ao plenário, através da Mesa.”-----

----- **O Senhor Vereador, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte interpelação: -----

----- “Peço desculpa, mas é que me esqueci de dizer que não estranhassem. Justificar no fundo, a não presença da Vereadora Paula Marques, ela vem de avião e escalou tudo para estar aqui no final da sessão, quando era previsível que esta matéria fosse discutida. Como os trabalhos foram alterados, não foi possível. É só para dar essa justificação. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, vamos prosseguir então com as propostas do Partido Social Democrata, aquela única que não tinham uma recomendação teve, entretanto, uma alteração proposta, portanto, Senhor Deputado Luís Newton, manifestou também à Mesa em prol da boa condução dos trabalhos e, para que todos os Senhores Deputados pudessem ter conhecimento do teor da versão final das propostas e, das recomendações que lhes estão associadas, a intenção de ela poder ser agendada na continuação desta sessão ordinária. -----

----- E, portanto, vamos passar ao Ponto 12 da Ordem de Trabalhos, em que temos uma apreciação conjunta de Propostas de Repartições de Encargos e Assunção de compromissos, estamos a falar da Ponto 12.1, **Proposta n.º 359/CM/2018**, Ponto IV. -

----- **12. APRECIACÃO CONJUNTA DAS PROPOSTAS DE REPARTIÇÕES DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS; GRELHA BASE: 34 MINUTOS:** -----

----- **12.1 - PROPOSTA N.º 359/CM/2018 – PONTO IV DA PARTE DELIBERATIVA - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, COM A CONSEQUENTE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS, NO ÂMBITO DO CONCURSO PÚBLICO PARA O “FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉCTRICA EM BAIXA TENSÃO PARA DISPOSITIVOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, TRÁFEGO E PUBLICIDADE DO MUNICÍPIO DE LISBOA”, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DAS DISPOSIÇÕES CONJUGADAS NA ALÍNEA F) E NA ALÍNEA CCC), DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUAL, COM OS N.ºS. 1 E 6 DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99 DE 8 DE JUNHO E NOS TERMOS DA ALÍNEA**

C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8 DE 21 DE FEVEREIRO, NA REDAÇÃO ATUAL; -----

----- (A Proposta n.º 359/CM/2018 fica anexada à presente Ata, como Anexo VII e dela faz parte integrante). -----

----- **12.2. - PROPOSTA N.º 360/CM/2018 – ALÍNEA A) DA PARTE DELIBERATIVA - AUTORIZAÇÃO PARA ALTERAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E DA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, REFERENTE AO «CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, PARA “AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS (ATIVOS E PASSIVOS) E RESPECTIVOS SERVIÇOS ACESSÓRIOS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, FORMAÇÃO, MANUTENÇÃO E SUPORTE”, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA CCC) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º, ARTIGO 24.º E N.º 1 DO ARTIGO 6.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUAL E NOS N.ºS 1 E 6 DO ART.º 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO, E NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º, DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA REDAÇÃO ATUAL;** -----

----- (A Proposta n.º 360/CM/2018 fica anexada à presente Ata, como Anexo VIII e dela faz parte integrante). -----

----- **12.3. - PROPOSTA N.º 361/CM/2018 – ALÍNEA A) DA PARTE DELIBERATIVA – AUTORIZAÇÃO PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO A REALIZAR PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES A JARDINS-DE-INFÂNCIA E ESCOLAS BÁSICAS DO 1.º CICLO DA REDE PÚBLICA DA CIDADE DE LISBOA, AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO PROMOVIDO PELA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA CCC) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUAL E DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA REDAÇÃO ATUAL;** -----

----- (A Proposta n.º 361/CM/2018 fica anexada à presente Ata, como Anexo IX e dela faz parte integrante). -----

----- **12.4. - PROPOSTA N.º 410/CM/2018 – AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA E DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA, PARA O ANO LETIVO 2018/2019, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA CCC) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUAL, NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA REDAÇÃO ATUAL, E NO ARTIGO 12.º DO DECRETO - LEI N.º 127/2012;** -----

----- (A **Proposta nº 410/CM/2018** fica anexada à presente Ata, como **Anexo X** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Vereador João Paulo Saraiva, não sei se quer apresentar no todo as quatro propostas, ou algumas delas, de modo sucinto. Está a prescindir. -----

----- Temos inscrições para estas repartições encargos e, portanto, vamos dar a palavra aos oradores inscritos.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Fábio de Sousa do Partido Comunista Português.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fábio de Sousa (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente em exercício, Executivo Camarário, caro Público aqui presente, trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- A Proposta que aqui se aprecia, previa a aquisição de serviço de refeições escolares para as escolas de 1º ciclo e jardim-de-infância, por mais um ponto quatro milhões de euros, a ser contratualizados com uma das empresas convidadas.-----

----- Esta decisão demonstra claramente o caminho e opção do Partido Socialista e do Bloco de Esquerda, em vez de ser a Câmara Municipal de Lisboa a assumir esta competência através de meios próprios, como defende o PCP, prolonga o recurso a empresas externas, cujos serviços prestados estão longe de garantir os patamares de qualidade aceitáveis como tem vindo a ser amplamente assinalado por pais e encarregados de educação e, naturalmente, pela comunidade educativa em geral. -----

----- Em Março, o PCP apresentou uma proposta que previa uma transição gradual da passagem da gestão privada para a gestão pública, não sendo renovados os contratos com as empresas. Esta proposta foi chumbada com os votos contra do PS, PSD, CDS e Bloco de Esquerda. -----

----- Para o PCP deve ser a Câmara Municipal de Lisboa a garantir o regular funcionamento das cantinas escolares e refeitórios, com um corpo próprio de trabalhadores que assegurem a confeção local das refeições, de forma a garantir o incremento da qualidade e do valor nutricional das mesmas. -----

----- Não inviabilizando esta Proposta, não vamos, naturalmente, votar favoravelmente.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária Virgínia Estorninho** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado, Mário Freitas do MPT.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Mário Freitas (MPT)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Mais uma vez, muito obrigado.-----
----- Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em exercício. -----
----- Deste conjunto de propostas o MPT entende intervir quanto à Proposta n.º 410. ---
----- Senhores Vereadores, Caros Colegas, Restantes Presentes, -----
----- O MPT relativamente as atividades de Animação e de Apoio à Família no âmbito da educação do pré-escolar e do 1º Ciclo do ensino básico entende expressar o seguinte:” As atividades de Animação e de Apoio à Família são de grande importância para o desenvolvimento das crianças e alunos, sendo uma resposta fundamental às necessidades das famílias da *NOSSA LISBOA*.-----
----- Sabemos que os CAFs são em grande maioria assegurados com o recurso sistemático de trabalhadores a recibos verdes, como forma de suprimir carências que se revelam estruturais.-----
----- Sendo assim o MPT alerta para a necessidade e importância da existência de profissionais competentes, com as suas situações laborais estabilizadas. -----
----- Por fim, deixar um alerta ao Senhor Vereador Ricardo Robles relativamente à carência de oferta de creches e do pré- escolar em Lisboa. É uma situação tem vindo a tornar-se ainda mais preocupante devido ao encerramento nos últimos dois anos de vários estabelecimentos de ensino pré-escolar e de infantário. -----
----- Disse!” -----
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
----- “Obrigado Senhor Deputado.” -----
----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----
----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Manuel Lage do PS.” -----
----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
----- “Senhor Presidente em exercício, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Vereadores. -----
----- Relativamente a este conjunto de propostas e relativamente à Proposta n.º 361/CM/2018, em concreto, de facto, o Partido Comunista Português apresenta uma proposta, mas é preciso perceber a inexecutabilidade no caso da proposta, porque aquilo que se trata aqui é de conseguirmos confeccionar pela primeira vez, refeições quentes para as crianças das trinta e uma escolas, dos trinta e um jardins-de-infância e das escolas de 1º ciclo da cidade. E, portanto, as refeições quentes que são confeccionadas no local, ou que são transportadas para lá.-----
----- E é também por isso que, a proposta que foi apresentada em Câmara por parte do PSD e, que não foi aprovada pelo Partido Socialista, pelo executivo, naturalmente, era uma proposta que não podia merecer o acolhimento, tendo em conta que demoraria o dobro do tempo, caso fosse executada e porque não consta das grandes opções do plano, aliás, o que consta é precisamente aquilo que foi levado a cabo, isto é uma delegação de competências das cantinas nas Juntas de Freguesia através deste Acordo Quadro.-----

----- E portanto, esta faz parte da estratégia do executivo e, por isso mesmo garantimos assim que passa a existir alimentação quente para todas as nossas crianças, pelo menos aquelas que estão incluídas neste Acordo Quadro, e portanto, para os jardins-de-infância e para as escolas de 1º ciclo de ensino básico. -----

----- Pelas nossas crianças e graças a esta medida, finalmente, vamos conseguir fazê-lo em tempo, para já e não no futuro longínquo e como, ainda, não tinha vindo a acontecer. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Luís Newton do PSD.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente em exercício, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Vereadores. -----

----- Relativamente à proposta do fornecimento de refeições, importa esclarecer aqui e, poder talvez, enunciar dois pontos que nos parecem particularmente relevantes.-----

----- O primeiro, o esforço claro que o município tem vindo a desenvolver ao longo dos últimos anos, e que já mereceu, em momento anterior, uma apreciação e votação à parte, de poder descentralizar o mecanismo de gestão das refeições escolares, transferindo essa capacidade para as juntas de freguesia e, dessa forma, fomentando um aumento da qualidade do serviço prestado às crianças das nossas escolas públicas.-

----- O que temos aqui e, pelos vistos com sucesso é um processo que não pode parar e, que olhando para esta proposta, entendemos ser uma proposta que pretende única e exclusivamente assegurar um período de transição. -----

----- E o esforço que se faz e, que se deve fazer e, que a Câmara Municipal tem que continuar a fazer, é o de assegurar que essa capacitação das Juntas de Freguesia continuará a ser uma realidade nos próximos anos, identificar as necessidades de intervenção caso a caso, compreender vicissitudes e dificuldades de implementação, reconhecendo, desde já, que o parque escolar herdado pela Câmara Municipal e que vai passar para gestão camarária, tando o existente como o que se adivinha, vir a passar para gestão camarária, tem um conjunto também ele de vicissitudes do ponto de vista estrutural.-----

----- Portanto, aqui, este é de facto, um momento de transição, é um momento de transição importante e o facto de a Câmara estar aderir a um Acordo Quadro no âmbito da Área Metropolitana de Lisboa, também, disso é bom sinal e reflete a opção de transição que deve continuar a estar presente, mas que a Câmara tem que se esforçar para que a curto prazo possa ser uma realidade, não pela própria Câmara Municipal, mas pelas juntas de freguesia, já que aquelas que têm estado a fazer tem merecido por parte da Câmara Municipal uma avaliação extremamente positiva.-----

----- É nesse sentido que temos continuar e por aqui que temos que fazer um reforço, até do ponto de vista financeiro, porque o catering das refeições é necessariamente uma refeição que tem um nível de qualidade inferior à confeção própria. -----
----- E, este é outro salto que temos que dar enquanto comunidade, é compreender de que forma e, que investimentos são necessários para assegurar que, do ponto de vista das refeições escolares das crianças das nossas escolas, o futuro possa ser no futuro de qualidade universal.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Não tendo a Mesa mais inscritos, o Senhor Vereador João Paulo Saraiva quer usar da palavra? Não! -----

----- Então vamos passar à votação das diferentes propostas. -----

----- Vamos passar à votação da **Proposta n.º 359/CM/2018**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM e 7 IND. A **Proposta n.º 359/CM/2018** foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- (Ausência de um Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário) -----

----- Vamos passar à votação da **Proposta n.º 360/CM/2018**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM e 7 IND. A **Proposta n.º 360/CM/2018** foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- (Ausência de um Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário) -----

----- Vamos passar à votação da **Proposta n.º 361/CM/2018**. Não há votos contra, abstenções do PCP, CDS-PP, PEV, MPT, PPM, votos a favor do PS, PSD, BE e 7 IND. A **Proposta n.º 361/CM/2018** foi **aprovada por maioria**.” -----

----- (Ausência de um Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário) -----

----- **O Grupo Municipal do CDS-PP** apresentou a seguinte **Declaração de Voto** referente à **Proposta n.º 361/CM/2018**: -----

----- *“Autorização para repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais referente ao concurso público a realizar para o fornecimento de refeições a jardins-de-infância e escolas básicas do 1º ciclo da rede pública da cidade de Lisboa, ao abrigo do Acordo Quadro promovido pela Área Metropolitana de Lisboa --*

----- *Os Deputados Municipais do CDS-PP, declaram que se abstiveram na proposta acima referenciada por considerarem que:-----*

----- *1.Tendo o CDS na CML já requisitado, mais do que uma vez, oralmente e por Pedido de Informação Escrita, ao Gabinete do Senhor Vereador Ricardo Robles, o Estudo Comparativo sobre as Refeições Escolares, e até agora nada nos foram disponibilizados e continuamos sem resposta. -----*

----- *2.Tendo sido, igualmente, solicitado, mais do que uma vez, os dados referentes ao valor base por refeição e, porque o Município de Lisboa deve primar pela máxima transparência, pretendemos saber qual é o valor base/valor mínimo por refeição praticado pelo Município de Lisboa; -----*

----- *3.Este pedido já foi reforçado pelo CDS em sede de Assembleia Municipal, não se percebendo a ausência de resposta numa matéria tão importante;-----*

----- 4. Queremos que a Câmara e Assembleia Municipal de Lisboa tomem as melhores decisões para as suas crianças, seja no sector público ou no privado, e que, nesse sentido, acompanhe as boas práticas do Município de Cascais;-----

----- Neste sentido, não poderiam os deputados municipais do CDS-PP, por questões de rigor, de boa prática e de transparência das informações facultadas, deixar de mencionar as omissões da proposta em causa. -----

----- Lisboa, 3 de Julho de 2018 -----

----- Pelo Grupo Municipal do CDS-PP-----

----- Diogo Moura”-----

----- **O Grupo Municipal do Partido Ecologista “Os Verdes”, apresentou a seguinte Declaração de Voto relativa às Propostas n.ºs 335/CM/2018 e 361/CM/2018:** -----

----- “O Grupo Municipal do Partido Ecologista “Os Verdes” optou por se abster nas Propostas n.º 335/2018 e 361/2018, pelos seguintes motivos:-----

----- Enquanto a Proposta n.º 335/2018 propunha a “Prorrogação, para o ano lectivo 2018/2019, dos contratos de delegação de competências, no âmbito do Projecto das Refeições Escolares Saudáveis, celebrados com 6 Freguesias”, a Proposta n.º 361/2018, requeria na alínea a) da sua parte deliberativa “a assunção de compromissos plurianuais (...) referente ao concurso público a realizar para o fornecimento de refeições a jardins-de-infância e escolas básicas do 1º ciclo da rede pública da cidade de Lisboa”. -----

----- Para além da referência ao Projecto das Refeições Escolares Saudáveis, em cujo princípio “Os Verdes” se revêem, em ambas as propostas se previa que o fornecimento das refeições fosse feito através da externalização de serviços. -----

----- Mais concretamente, no primeiro caso, em que se pretendia prorrogar os contratos de delegação de competências celebrados com 6 Freguesias, admitia-se o fornecimento de refeições com catering a frio numa escola da Freguesia de Benfica, catering quente descartável numa outra da Freguesia da Estrela, nos Olivais 2 caterings a frio e 1 catering quente descartável, e em São Domingos de Benfica 1 catering a frio e 1 catering quente descartável, podendo pôr em causa o Programa de Alimentação Escolar ‘Crescer Saudável’ ao perpetuar o regime de ‘catering’ externo. -----

----- No segundo caso, o concurso destinava-se à selecção de fornecedores externos segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa. -----

----- Reconhecendo-se que na cidade de Lisboa existem muitas famílias com carências socioeconómicas que as impedem de assegurar uma alimentação suficiente e equilibrada aos seus filhos, situação que urge inverter com toda a premência, recordamos, no entanto, que no mandato antecedente, aquando da votação dos anteriores contratos de ‘catering’, houve um consenso de que aqueles seriam os últimos concursos, e que dali em diante a confecção local seria a norma, o que afinal não se veio a verificar em ambas as propostas. -----

----- Lamenta-se, por isso, que a CML não tenha avançado para relevar escolas apetrechadas com cantinas e refeitórios, com a gestão pública e confecção local das refeições, a partir do ano lectivo 2018/19, assumida pelo Município através da

contratação de pessoal e não renovando os contratos com empresas externas fornecedoras de refeições escolares.-----

----- Pelos motivos expostos, “Os Verdes” não podem concordar com a totalidade das pressupostas das Propostas n.º 335/2018 e 361/2018, daí a abstenção do seu Grupo Municipal.-----

----- Assembleia Municipal de Lisboa, 3 de Julho de 2018-----

----- O Grupo Municipal do Partido Ecologista “Os Verdes”-----

----- Cláudia Madeira-----

----- J. L. Sobreda Antunes”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, continuou-----

----- “Vamos passar à votação da **Proposta n.º 410/CM/2018**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM e 7 IND. A **Proposta n.º 410/CM/2018** foi **aprovada por unanimidade**.”-----

----- (Ausência de um Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Referente à Proposta n.º 361/CM/2018, Partido Ecologista “Os Verdes” vai apresentar, também uma Declaração de Votos escrita.”-----

----- **13. APRECIACÃO DA PROPOSTA N.º 286/CM/2018 - PONTOS 1 E 2 DA PARTE DELIBERATIVA -APROVAR O AJUSTAMENTO À ORGÂNICA DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE LISBOA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA M) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUAL, NOS ARTIGOS 6.º A 9.º DO DECRETO-LEI N.º 305/2009, DE 23 DE OUTUBRO, BEM COMO NO N.º 3 DO ARTIGO 4º DA LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO, NA REDAÇÃO ATUAL; 2X GRELHA BASE: 68 MINUTOS;**-----

----- (A **Proposta n.º 286/CM/2018** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XI** e dela faz parte integrante).-----

----- (O **Parecer da 1ª Comissões Permanentes** fica anexado a esta Ata, como **Anexo XII** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos passar o ponto treze da ordem de trabalhos, a apreciação da Proposta n.º 286/CM/2018 – Pontos 1 e 2 da parte deliberativa – Aprovar o Ajustamento à orgânica dos Serviços Municipais do Município de Lisboa, nos termos da proposta e ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis.-----

----- Palavra ao Senhor Vereador João Paulo Saraiva, para apresentar proposta.”-----

----- **O Senhor Vereador, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente.-----

----- Senhores Deputados, como todos sabemos a Cidade de Lisboa como, aliás, o país e de alguma forma o mundo, está sempre em evolução, está sempre em mudança e novas exigências se colocam e, portanto, o conjunto de novas exigências que são feitas à cidade pela sua própria dinâmica mas, também, decorrentes daquilo que é o novo ciclo autárquico, acabado de sufragar pelos munícipes de Lisboa. -----

----- Importa fazer alguns ajustamentos que permitam alinhar aquilo que é a estrutura municipal, com aquilo que são as Grandes Opções do Plano e o Programa de Governo recentemente sufragado. E, foi isso mesmo que nós pretendemos com este ajustamento à orgânica no município. -----

----- Importa também, aqui sublinhar que está, neste momento, em execução um dos planos de investimento mais ambiciosos que alguma vez o Município de Lisboa teve, o “Plano de Investimentos Lisboa 21”, com uma colaboração e com uma articulação do Banco Europeu de Investimento, com financiamento do dito banco. E que coloca um conjunto de exigências ao município que nós tentámos através deste ajustamento, fortalecer aquilo que é a estrutura municipal de forma a focá-la, num conjunto de objetivos mais concretos e mais delimitados.-----

----- Por outro lado fortalecê-la, fazendo um conjunto de contratações e de concursos públicos, uns já surgiram e outro vão começar a surgir ao longo dos próximos meses.--

----- Por outro lado, fortalecer aquilo que nós designamos por universo municipal, reforçando a capacidade das empresas municipais de responderem neste momento único, ou pelo menos, muito singular do Município de Lisboa. -----

---- Portanto, as empresas municipais também, não estão nesta proposta, mas estão conexas, também vão ganhar um conjunto de competências reforçadas.-----

----- Começo por dizer que a Sociedade de Reabilitação Urbana, vai passar a ter um reforço de competências em matéria de novas edificações e intervenções no espaço público, assumindo uma importante componente dos dias de hoje e, que todos os dias é abordada nesta Assembleia, que é o aumento do reforço da capacidade de construção nova, no seio desta empresa. E, portanto, aquilo que for programa de renda acessível, construção nova, edifícios públicos de construção municipal, vão estar na SRU. -----

----- A Gebalis ficará com toda a manutenção e reabilitação, eliminando redundâncias entre a Câmara e a Gebalis, naquilo que é esta competência e este trabalho fundamental para que o parque habitacional do município se encontre nas melhores condições e, aquele que não esteja, que seja reabilitado com a velocidade que se impõe. -----

----- Dizer que a Direção Municipal de Projetos e Obras, passará a estar focada na manutenção e conservação da cidade e com um objetivo muito importante a destacar, que é toda a reabilitação associada à habitação.-----

----- Estamos a trabalhar como todos sabem, num trabalho conjunto com o Estado na possibilidade de o Estado, em diferentes modalidades, passar para o município, um conjunto de imóveis destinados à habitação, que importa reabilitar o mais rapidamente possível. -----

----- E, portanto, será um departamento desta Direção Municipal, que se especializar, porque ele anteriormente tinha outras funções complementares e, agora passará a ter unicamente esta, com um reforço de efetivos e competências nesta matéria de forma a dar resposta às necessidades que a cidade tem, neste momento.-----

----- Na Direção Municipal de Manutenção e Conservação vai aparecer um novo departamento, que vai juntar toda a área de instalações elétricas e manutenção. -----

----- Por outro lado, toda a manutenção de edifícios municipais, os outros que não os de habitação, também estarão concentrados em toda a sua dimensão, neste. Desde as intervenções mais estruturantes, à manutenção do dia-a-dia e à gestão do dia-a-dia, neste departamento, dando, digamos, uma consistência de processos que nós sentimos que seria importante de realizar.-----

----- A Direção Municipal de Mobilidade tem alguns, pequenos ajustamentos, que decorrem essencialmente de termos assumido as competências da autoridade de transporte municipal.-----

----- O Atendimento Municipal tem sido, uma das áreas submetidas a um maior esforço face a um aumento de procura e de solicitação por parte dos munícipes. A estrutura municipal, também vai sair reforçada constituindo um departamento, que ganhará, também, evidentemente, um conjunto de capacidade ao nível do digital, com um reforço de toda a interação digital com o município, admitindo que, desta forma, vamos conseguir prestar mais e melhores serviços aos munícipes.-----

----- O Departamento de Auditoria Interna, também, sairá reforçado, não só mantendo as competências da autoria interna, mas assumindo as competências da Comissão de Boas Práticas e, ainda, todas as competências dispersas sobre gestão da qualidade.-----

----- O COI designado o Centro de Operacional Integrado que era até agora uma unidade missão, passará a ser um departamento que vai de forma transversal fazer a sua intervenção ao nível de todas as componentes da cidade aberta e inteligente.-----

----- Os compromissos internacionais nomeadamente a “Capital Verde”, mas também todos os compromissos internacionais assumidos por Portugal e pelo Município de Lisboa, já hoje empacotavam muito na área dos espaços verdes e, nessa mesma Direção Municipal, ganhará um Departamento de Ambiente Energia e Alterações Climáticas, alinhando também agora a estrutura municipal, com aquilo que já era um desígnio da política municipal.-----

----- A Direção Municipal de Urbanismo que tem sido muitíssimo solicitada pela dinâmica da reabilitação da cidade vai, obviamente, ter que ser reforçada em face da necessidade de responder em tempo àquilo que são as solicitações dos munícipes sobre esta matéria.-----

----- O Plano de Acessibilidade Pedonal deixar de ser uma unidade de missão, para integrar a Direção Municipal de Urbanismo e desta maneira poder integrar de forma transversal todas as políticas de urbanismo, a forma mais direta fazendo parte da mesma orgânica.-----

----- A interação com a gestão, com aquilo que é o património do Estado e a necessidade de interagir com os diferentes organismos do Estado, de forma a encontrar os mecanismos de cooperação ...”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Senhor Vereador já esgotou o seu tempo.” -----

----- **O Senhor Vereador, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “É que a matéria é vasta, estou mesmo a terminar, Senhor Presidente.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Os Deputados Municipais Independentes cedem tempo à Câmara.”-----

----- **O Senhor Vereador, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito bem, só para terminar, dizer que o aumento de responsabilidades e de esforço solicitado à Direção Municipal de Gestão Patrimonial, também vão ver forçada suas unidades orgânicas. -----

----- E, para finalizar dizer que foi concentrado na Direção Municipal Economia e Inovação toda a área de economia. -----

----- A nova Divisão de Relação com as juntas de freguesia e por último o reforço do Departamento de Educação com mais uma unidade orgânica. -----

----- E dado o tempo, era só isto para dizer neste momento, Senhor Presidente. -----

----- Muito obrigado”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Vereador” -----

----- Partirmos do pressuposto que a cedência de tempo dos Deputados Municipais que exerce mandato como Independentes, serve para a resposta também às questões colocadas. -----

----- Vamos dar a palavra aos oradores escritos. -----

----- Estávamos aqui a saltar, tínhamos aqui o Senhor Deputado João Valente Pires, para apresentação do Parecer da 1ª Comissão.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Valente Pires (PS)** no uso da palavra, e na qualidade de Relator do Parecer da 1ª Comissão Permanente fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. -----

----- Os ajustamentos propostos à orgânica municipal, aprovada através da deliberação n.º 107/AML/2015, têm como desculpa o alinhamento da estrutura orgânica para os desafios das grandes “Opções do Plano 2018/2021”. -----

----- Nesse caso, é preciso ter uma organização focada com meios, recursos e com capacidade para executar, o que são projetos considerados prioritários pelo executivo. -----

----- Tendo por base esta premissa as alterações propostas, visam em primeiro lugar, um fortalecimento das competências a nível da manutenção e conservação da cidade.--

----- Nesse sentido e tendo em conta o aumento da capacidade de resposta demonstrada pelas empresas municipais, propôs-se um reforço das competências da SRU e da Gebalis. -----

----- No que respeita à SRU, esta empresa tem vindo a evoluir na sua capacidade de realização de obras, pelo que se pretende reforçar as suas competências para execução de grandes projetos de investimento na cidade, no âmbito de uma estratégia definida pela Câmara Municipal de Lisboa e que já contou, aliás, o financiamento do Banco Europeu de Investimento, com a qual a SRU fez um contrato de empréstimo, de cerca de dezasseis milhões de euros, precisamente com o objetivo de executar este tipo de intervenções.-----

----- As atividades que a SRU deve desenvolver e executar, são anualmente acordadas com o município, mediante um programa previamente definido que, se prevê vir a abranger a execução dos equipamentos sociais, centros de saúde e construções escolares.-----

----- Do mesmo modo, propõe-se o reforço das competências da Gebalis, em matéria de conservação e requalificação do património habitacional do município, na senda da tendência que tem vindo a ser seguida nos últimos anos, com a celebração entre esta empresa e o município de um conjunto de contratos-programa.-----

----- Assim, tornasse talvez possível a Direção Municipal de Projetos e Obras que passará a designar-se Direção Municipal de Manutenção e Conservação, focar-se da importante missão da manutenção, pesada da cidade, vias, infraestruturas, reabilitação de habitação e de equipamentos, sistemas de saneamento, entre outros. -----

----- Prioridade identificada já há bastante tempo, com esta alteração aumenta-se igualmente a capacidade de resposta no âmbito da reabilitação do património a integrar, no programa de renda acessível.-----

----- A manutenção e conservação de edifícios municipais não habitacionais e outros equipamentos municipais, concentrar-se-á num departamento novo desta direção, que passa a tratar questões apenas relacionadas com edifícios municipais, nomeadamente as escolas. -----

----- Não menos importante é a proposta de reestruturação da orgânica da Direção Municipal de Urbanismo, com a criação de um novo departamento de apoio ao licenciamento que, permita dar resposta ao aumento exponencial do número de processos de licenciamento que, têm dado entrada na Câmara Municipal, integrando-se ainda nesta direção, como divisão a anterior unidade efémera e de missão, que era acessibilidade pedonal.-----

----- De referir também o reforço no Atendimento ao Município com a transformação da Divisão de Relação com Município em Departamento, o que possibilite a responder com mais eficácia ao aumento das solicitações, ampliando também a participação dos municípios nas decisões municipais.-----

----- No que concerne, ao Centro Operacional Integrado (COI), o município entendeu que o mesmo atingiu a maturidade necessária, para que possa transformar-se num departamento, para que a dinâmica à volta das cidades inteligentes, possa ser

coordenada a partir de uma unidade permanente da estrutura do município e não de uma unidade efémera. -----

----- Quanto à Direção Municipal Património a criação de um novo departamento pretende reforçar uma área fundamental da administração, gestão do património municipal, principalmente atendendo às solicitações crescentes na interação com o Estado que vão implicar um acréscimo de trabalho. -----

----- A necessidade de reforçar a relação com o município, com as juntas de freguesia, ainda mais importante após a reforma administrativa, resultou na proposta da criação de uma divisão da relação com as juntas de freguesia que, lhes vai possibilitar terem um interlocutor único, designadamente, em questões relacionadas com contratos de delegação de competências. -----

----- A criação de uma divisão da rede escolar permite autonomizar, uma área que previsivelmente vai necessitar um reforço, desde logo, em virtude das competências que venham a transitar do Estado para o Município, e da necessidade de definir e implementar a estratégia de educação na cidade de Lisboa, através da preparação da carta educativa. -----

----- De salientar que a Câmara Municipal de Lisboa, pretende prosseguir um modelo de funcionamento que considera ter sido eficiente, reforçando as funções das equipas transversais, ou seja as funções de suporte ao correto funcionamento da Câmara, transversais a toda a estrutura e, que carecem de um modelo de gestão comum, como é o caso das Finanças e contabilidade, compras, recursos humanos, sistemas de informação comunicação, relação com o munícipe, gestão de edifícios, gestão de processos e arquivo. -----

----- Convém salientar por último, que os sindicatos STE, STML e SITAP foram convocados pelo Senhor Vereador dos Recursos Humanos para a apresentação das alterações propostas pelo executivo, tendo prestado os contributos que entenderam convenientes. -----

----- Pelo exposto, conclui-se que a proposta sobre a qual incidiu o presente parecer, está em condições de ser debatida e votada em plenário da Assembleia. -----

----- Disse!” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Agora sim, Senhor Deputado Fábio de Sousa.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Fábio de Sousa**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente em exercício, Executivo Camarário, caro Público presente, Trabalhadores da Câmara Municipal. -----

----- A proposta de ajustamento orgânica do município decorre de uma opção política de reestruturação iniciada em 2010, com o objetivo de retirar o setor operacional da competência da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Primeiro, com a passagem de competências para as juntas de freguesia, preparou-se a orgânica de acordo com a reforma administrativa. Agora com esta proposta, o

executivo do PS, pretende entrar numa nova fase de esvaziamento de competências municipais.-----

----- Não estamos aqui a tratar de coisas pequenas. É toda uma visão de cidade, da população e dos serviços públicos, é o papel da Câmara Municipal de Lisboa em garantir uma cidade para todos, que fica amputado com esta proposta. -----

----- Destacamos o desaparecimento da Direção Municipal de Educação e Desporto, ficando apenas dois departamentos, o que revela bem o entendimento PS, no que à educação e ao desporto diz respeito. -----

----- Ao nível do Urbanismo, a Sociedade de Reabilitação Urbana – SRU, assume novas competências, incluindo a execução de grandes projetos, importa saber exatamente quais as competências previstas e se a SRU, vai manter os mesmos treze trabalhadores ou se está previsto algum reforço e, como será feito, se através transferência de recursos Humanos da Câmara ou através de contratação. -----

----- Também o desaparecimento da DMPO, e a Gebalis assumir as competências ao nível da conservação e requalificação de edifícios municipais, são questões que não podemos deixar de contestar. -----

----- Retiram-se ainda competências a direções municipais, delegando as mesmas a entidades que não estão sobre o escrutínio da Câmara, antevendo-se em alguns casos a abertura de portas para a externalização de serviços que, devem estar no domínio do município. -----

----- Conhecemos bem este caminho prosseguido pelo executivo do PS, um caminho de desresponsabilização cada vez maior da Câmara, em relação à população e à cidade. Um caminho que constitui um enorme retrocesso na garantia do direito à cidade para todos.-----

----- Esta proposta representa o salto para um novo patamar, no chamado processo de externalização de serviços e esvaziamento da Câmara, colocando em causa o funcionamento e a resposta dos diversos serviços municipais. -----

----- Por mais que o Senhor Vereador João Paulo Saraiva, nos queira iludir, a realidade é que a cada reestruturação, reorganização dos serviços municipais se verifica como consequência a perda de competências da Câmara e naturalmente da Assembleia Municipal.-----

----- Criam-se todas as condições para fazer uma gestão através dos privados com concessões de serviço, agora é moda chamar a isto, externalização.-----

----- Com a SRU, e isto é gravíssimo, o urbanismo perde intervenção direta no espaço público ao nível de obras e o órgão colegial Câmara Municipal, perde qualquer possibilidade de acompanhar, fiscalizar e decidir sobre urbanismo. -----

----- Por maioria de razão, a Assembleia Municipal órgão fiscalizador do executivo, também não terá qualquer intervenção, acompanhamento, fiscalização, é o Vereador do Urbanismo que manda e ponto final.-----

----- Por tudo isto e por tudo aquilo que faltou dizer, o PCP só pode votar contra, esta proposta orgânica do município de Lisboa.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.” -----

----- **A Segunda Secretária em exercício, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado Mário Freitas do MPT.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Mário Freitas (MPT)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em exercício, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Público Presentes. -----

----- Na proposta em referência, está-se perante uma efetiva e relevante ALTERAÇÃO da Orgânica dos Serviços Municipais, a que eufemisticamente, se dá o nome de “*Ajustamento*”, numa prática de se alterar de alguma forma a perceção da verdade dos factos, com recurso a uma “NOVI LINGUA”.-----

----- E nesta proposta de ALTERAÇÃO da Orgânica dos Serviços Municipais, falta na nossa opinião e leitura, uma fundamentação clara e concreta, que a justifique, porque não vem acompanhada de qualquer Estudo de AVALIAÇÃO, dos resultados, do impacto, eficácia e custos para Município e para o contribuinte, cidadão, relativamente à Orgânica dos Serviços Municipais, que se propõe alterar, para além da ausência efectiva de qualquer ANÁLISE PROGNÓSTICA, para se preverem esses mesmos potenciais efeitos, relativamente à ALTERAÇÃO da Orgânica dos Serviços Municipais, ora proposta. Porque “*não existe dinheiro público, mas apenas dinheiro dos contribuintes*”.-----

----- As alegadas “*justificações*”, para os diversos “*ajustamentos*”, constantes da ALTERAÇÃO da Orgânica dos Serviços Municipais, são genericamente lugares comuns e generalidades. -----

----- Desconhecem-se os fundamentos técnicos e jurídicos, que demonstrem a impossibilidade, de qualquer Direção Municipal, bem administrada, não possa ter um desempenho igual ou superior, ao de uma qualquer Empresa Municipal.-----

----- Não se pode atualmente utilizar o argumento da agilização, porque as empresas municipais, hoje, por exemplo, encontram-se também sujeitas ao Código dos Contratos Públicos, nos termos conjugados dos artigos 2º e 3º, desse diploma legal e à demais legislação do Ordenamento Jurídico Português, designadamente no âmbito do direito Público/Administrativo, cuja respetiva aplicação, nos últimos anos tem sido extensível às empresas municipais, exatamente, para que estas pessoas coletivas, cumpram e respeitem as mesmas exigências legais, tal como qualquer serviço municipal.-----

----- Por isso, mais inexplicável se torna a continuação das empresas municipais atualmente existentes, e muito mais a expansão e reforço das suas competências, à custa dos serviços municipais. -----

----- A SRU, dizia-se de Reabilitação Urbana, vai passar a ser uma SRO, ou seja, uma empresa Municipal “(*Sociedade*) de Realização de Obras”, com a inexplicável extinção da Direção Municipal de Projetos e Obras. -----

----- Argumenta-se que a SRU, com as novas competências, citando o Sr. Presidente e o Vereador Manuel Salgado, “*vai ter uma forte vertente de construção de habitação*”, citei. Ora tal faz-nos recuar no tempo e recordar a extinção da EPUL. -----

----- Na ALTERAÇÃO da Orgânica dos Serviços Municipais é proposta a integração na Direção Municipal de Economia e Inovação, do Departamento de Estruturas de Proximidade e Espaço Público, com a justificação: passo a citar “*atentas as competências*” daquela direção “*na definição de políticas de desenvolvimento e dinamização do comércio e economias locais*”, o que é no mínimo irónico, porque em catadupa, como é público e notório, a toda a hora, é noticiado o encerramento de inúmeras lojas em Lisboa, do pequeno comércio local, seja pelas obras da CML, (nomeadamente, desde o período pré eleitoral, até aos dias de hoje), seja por exemplo devido às obras do Metro em curso na Av. Almirante Reis, que afetam incontáveis pequenos comerciantes (e as famílias que sustentam), que se queixam de serem invisíveis, porque de facto desconhece-se, apoio concreto e efetivo a essas pessoas e pequenas empresas, através da Direção Municipal de Economia e Inovação, e não quaisquer promessas ou declarações de intenções e demais retórica vazia. -----

----- Nesta proposta de manifesta ALTERAÇÃO da Orgânica dos Serviços Municipais, perde-se uma excelente oportunidade, na nossa opinião, de se proceder à criação de uma CENTRAL de Contratação Pública (não estamos a falar de uma plataforma eletrónica ou de qualquer software), que assumisse a natureza de Direção Municipal, para um cumprimento rigoroso do Código dos Contratos Públicos, na qual se concentraria, toda e qualquer contratação de todos os bens e serviços a adquirir pelo Município de Lisboa, (bem como pelas suas empresas municipais), em qualquer montante, no sentido de aumentar-se a transparência e o rigor, e impedir-se o exagerado, inexplicável e injustificado recurso aos AJUSTES DIRETOS, promovidos pelas dezenas de Divisões Municipais, desconhecendo-se quase sempre, neste tipo concreto de procedimento, critérios objetivos e concretos, para se dirigirem convites a certas entidades e a não outras, entre inúmeros outros aspetos pouco transparentes. -----

----- Para além de que, a criação de uma CENTRAL de Contratação Pública, implicaria necessariamente um maior controlo e rigor na administração do dinheiro público, ou seja, o dinheiro de todos nós. -----

----- Este facto auto evidente, seria um passo em frente por maior rigor e transparência na Contratação Pública, pelo Município de Lisboa. -----

----- A criação de uma “*Divisão de Relação com as Juntas de Freguesia*” constante da proposta de manifesta ALTERAÇÃO da Orgânica dos Serviços Municipais, ainda que seja defendida como uma medida de descentralização, cria, na nossa opinião, mais uma ou mais etapas de intermediação e de contactos administrativos, aumentando a burocracia, quando o que muitas vezes as Juntas de Freguesia realmente desejam, relativamente a um qualquer e certo determinado problema específico, é que os serviços municipais diretamente relacionados com certa e determinada matéria ou área de competência, prestem o apoio simples e célere, de acordo com as respetivas solicitações, e não mais um serviço municipal, a contribuir para a entropia administrativa e burocrática. -----

----- Meus Senhores. Caros Colegas, -----
----- Face ao exposto o Partido da Terra não pode acompanhar favoravelmente a proposta.-----
----- Muito Obrigado!” -----
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.” -----
----- **A Segunda Secretária em exercício, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----
----- “Senhora Deputada Cláudia Madeira do PEV.” -----
----- **O Senhor Deputado Municipal, Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
----- “Obrigado, Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhores Vereadores e Senhores Deputados. -----
----- Discutimos hoje o ajustamento à orgânica dos Serviços Municipais, ou seja, mais um processo de reestruturação de serviços, proposta que, para Os Verdes representa basicamente opções políticas que esvaziam a Câmara Municipal. -----
----- Aquilo a que o executivo chama de ajustamento é mais uma profunda alteração e, nos últimos anos, temos assistido a um conjunto de reestruturações que resultam no desaparecimento de competências da Câmara. -----
----- Vários anos após o início de uma reestruturação que trouxe muita instabilidade, não só não fazemos um balanço positivo, como as expectativas criadas de que haveria uma melhor gestão dos espaços verdes e da rede de equipamentos municipais, apenas para exemplificar, não corresponderam totalmente à realidade. -----
----- Compreendemos a necessidade de ajustar os serviços, de responder à evolução dos problemas da cidade e da própria autarquia, mas não é disso que se trata.-----
----- Há empresas que passam a ter novas atribuições, são extintas Direcções Municipais e outras perdem competências, ao mesmo tempo que essas competências são delegadas noutras entidades. O resultado é menos escrutínio e a abertura de portas para a externalização de serviços. -----
----- A Direcção Municipal de Educação e Desporto extingue-se e dá lugar a dois Departamentos. A Divisão de Relação com o Múncipe e a Divisão de Saneamento passam a Departamentos. Terão estas estruturas deixado de ser necessárias tal como existiam ou reconhece-lhes a Câmara agora menor importância?-----
----- A Direcção Municipal de Projetos e Obras desaparece e passa a chamar-se Direcção Municipal de Manutenção e Conservação. As empresas SRU, GEBALIS, EGEAC e EMEL recebem mais competências, o que se traduz na redução da capacidade de intervenção direta da CML em sectores fundamentais. -----
----- Também não entendemos qual a razão para o Departamento de Estrutura de Proximidade e Espaço Público passar para a Direcção Municipal de Economia e Inovação, e são vários os exemplos deste género. -----
----- Passando agora à questão dos trabalhadores, importa referir a posição dos Sindicatos, nomeadamente do STML que menciona que apenas foi convocado quando

a proposta foi apresentada, e do SINTAP que considerou que, devido à extensa documentação e ao prazo dado para se pronunciar, não estiveram reunidas as condições para uma reunião produtiva, expondo várias questões que considerava essencial ver clarificadas para se poder pronunciar adequadamente. -----

----- Mas a situação é ainda mais grave. O STML chega a denunciar, em comunicado, que teve conhecimento deste projeto pela comunicação social. Após a reunião de apresentação da proposta, o sindicato teria de enviar o parecer sobre a mesma em apenas 4 dias. -----

----- Ora, estas situações em nada permitem uma verdadeira participação dos representantes dos trabalhadores e já houve demasiadas situações em que isso aconteceu e não se deviam voltar a repetir. -----

----- Parece-nos inaceitável que, perante a falta de meios humanos para dar resposta às necessidades da cidade e dos municípios, não se tenha fomentado uma participação a sério das organizações representativas dos trabalhadores. -----

----- Saliente-se que nenhum problema da cidade será resolvido se não houver um reforço dos trabalhadores e dos meios materiais, e uma questão que tem sido suscitada prende-se com a abertura de concursos para chefias, que há muito não sucede. -----

----- Ao haver uma redistribuição dos recursos humanos em função das novas competências e das novas unidades orgânicas, é essencial saber que impacto terá ao nível da prestação de funções e serviços aos municípios, bem como as suas implicações no mapa de pessoal, na vida e nas relações profissionais dos próprios trabalhadores. -----

----- A propósito da discussão desta proposta, não podemos deixar de referir que, numa altura em que o PS, com o PSD, a nível nacional, quer passar mais competências para as autarquias, numa clara desresponsabilização da Administração Central, em áreas que devem ser sua responsabilidade, como a saúde e a educação, temos, em simultâneo, o executivo PS com o apoio do BE, a insistir no esvaziamento e na desresponsabilização da Câmara. -----

----- O objetivo central dos sucessivos executivos tem sido retirar atribuições e serviços da estrutura da Câmara. E isto traduz-se numa opção política que pega em serviços fundamentais, até agora prestados numa vertente de serviço público, e abri-lhes a porta para que possam ser geridos sob uma lógica de lucro. Neste caso concreto, se não é nesta fase, é numa fase posterior, e o executivo já mostrou que não pretende fechar essa porta. -----

----- Em conclusão, esta proposta tem subjacentes prioridades e princípios centrados na redução sistemática de serviços e atividades municipais e a sua externalização, implicando a perda de capacidade de intervenção do município, a perda de meios e instrumentos de intervenção em várias e importantes áreas que contribuem para o bem-estar e a qualidade de vida dos municípios. -----

----- Para a Câmara, reestruturar é esvaziar, externalizar e limitar o poder de fiscalização dos eleitos. Discordamos totalmente desta opção e votaremos em conformidade. No fundo, esta proposta é mais um passo num caminho que Os Verdes sempre contestaram.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigado.”-----
----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----
----- “Senhor Deputado Luís Newton do PSD.” -----
----- **O Senhor Deputado Municipal, Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
----- “Senhor Presidente em exercício, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores e Senhores Vereadores. -----
----- Cabe, obviamente, a uma Câmara Municipal propor a forma como quer organizar-se e servir a cidade. -----
----- Essa forma é, também, útil para quem fiscaliza a atividade da Câmara e para a cidade de uma forma geral, compreender que visão é que essa Câmara tem da própria cidade e, aqui o que nós verificamos é uma profunda inversão, daqueles que são os valores associados ao normal exercício do serviço público.-----
----- Em primeiro lugar em matéria de prioridades e, a primeira de todas as prioridades são naturalmente, as pessoas que servimos, as respostas que damos às famílias, as necessidades que temos das comunidades. -----
----- E, o sinal que nos é dado pela Câmara Municipal é de diminuição de responsabilidade, de competência e até de relevância de áreas tão fundamentais, área essas que certamente serão reforçadas no futuro próximo, com mecanismos de descentralização administrativa, como por exemplo, é a da educação. -----
----- A qualidade de vida vê-se também, pela forma como nós investimos no desporto e aquilo que nós assistimos, por parte desta nova orgânica da Câmara Municipal, é uma redução da relevância e do papel que o próprio desporto pode ter nos serviços municipais.-----
----- A segunda grande prioridade da atuação de uma Câmara Municipal, de uma qual quer autarquia é, inevitavelmente, a gestão dos seus espaços públicos em matérias tão essenciais como matérias de ordenamento do território e urbanismo, há uma responsabilidade acrescida, esta é também sem dúvida nenhuma, uma prioridade. -----
----- E o quê é que nos diz esta proposta orgânica da Câmara Municipal de Lisboa? Esvaziamento completo dos serviços municipais nesta área, passando isto para um mecanismo semiprivado de gestão e autonomia, que dá duas mensagens particularmente difusas e preocupantes. -----
----- A primeira é de que, pode uma qualquer SRU desenvolver políticas de urbanismo na cidade de Lisboa. Desenvolver políticas de gestão de obras na cidade de Lisboa e, que isso deixa de passar pela Câmara, mas sobretudo deixa passar por quem tem o dever de fiscalizar, que é a Assembleia Municipal.-----
----- Estas são matérias que para o PSD, são incontornáveis e revelam um sentido que nós não podemos acompanhar e que só pode merecer da nossa parte, o voto contra. ----
----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.” -----
----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----
----- “Senhor Deputado Rui Costa, do Bloco de Esquerda.” -----
----- **O Senhor Deputado Municipal, Rui Costa (BE)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigado, Senhor Presidente em exercício. -----
----- Para a bancada do Partido Comunista Português, fico em crer, a propósito esse à parte, que vossas excelências tratarão de dizer amém no fim da intervenção que aqui farei, fiquem descansados.-----
----- Para dizer que, em primeiro lugar e em relação a esta Proposta, de reorganização dos serviços municipais, a mesma não podia ser discutida nesta Assembleia em singelo. -----
----- Percebe-se e entende-se que, os serviços municipais tenham de ter ajustamentos que são justificáveis, em função de alterações de dinâmica, seja da cidade, seja da dinâmica política do município, em função de reorganizações que decorram de prioridades vertidas nas grandes opções do plano e, essas alterações, também aqui estão contidas na proposta, são justificáveis e são atendíveis. -----
----- No entanto, é pressuposto desta proposta, uma alteração do papel das entidades do setor empresarial local, do município de Lisboa, com reforço previsível, das competências de tais entidades e, com a passagem de competências até agora exercidas diretamente pelo município de Lisboa e pelos seus órgãos, para entidades no setor empresarial local.-----
----- Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, é pouco sério vir a esta Assembleia, propor uma alteração da orgânica dos serviços municipais, com um pressuposto que não é clarificado neste debate e nesta Assembleia. -----
----- Onde cá vir, onde cá vir as propostas que o município terá em relação à execução desta nova política de capacitação. Segundo se diz, das empresas do setor empresarial local, mas em boa verdade para que pudéssemos decidir com justiça e com seriedade, essa estratégia devia estar aqui comitantemente em discussão, porque não é sério anunciar-se uma coisa nos pressupostos, e vir-se potenciar uma discussão, em que não há correspondências, em que não há totalidade da informação para esta Assembleia Municipal.-----
----- Era imperioso, que uma alteração deste género e com os fundamentos e os pressupostos que comporta, trouxesse aqui também de forma clara, quais são as missões a desenvolver e, com que meios pelas entidades do setor empresarial local. ----
----- E, para além disso, seria desejável também, que uma nova estratégia, nesse caso para o setor empresarial local, aqui fosse apresentada, com obrigações diversas, a propósito da prestação de contas e da prestação de informação quer a esta Assembleia quer a Câmara Municipal. -----

----- O regime jurídico do setor empresarial local é demasiado permissivo e, permite uma maior opacidade. -----

----- Não nos parece aceitável que propostas de reforço das empresas integradas no setor empresarial local, não sejam devidamente acompanhadas de mecanismos ditados pela Câmara, quer sobre a forma de orientações estratégicas, quer sobre a forma de alterações estatutárias de prestação de informação, quer à Câmara, quer à Assembleia Municipal. -----

----- E isso não. O Bloco de Esquerda não deixará de maneira nenhuma passar. -----

----- Quanto a esta orgânica, esta proposta de alteração de orgânica, não nos podemos pronunciar com um mínimo de seriedade, sem que estas outras dimensões relativas a alteração de estratégia do setor empresarial local, sejam aqui trazidas de forma clara. --

----- E, nesse sentido não aprovaremos a proposta aqui em discussão. -----

----- Vamo-nos abster. -----

----- Convictos, convictos, não. É que há aqui vários grupos municipais que vieram anunciar uma série de coisas. Nós queremos saber o que é que passa para as empresas do setor empresarial local e, só nesse momento é que queremos uma deliberação firme e, aí votaremos conta, se necessário. -----

----- No entanto, reafirmamos, esta discussão é trazida aqui de forma parcial, de forma que não é uma visão de conjunto e, independentemente do juízo que viremos fazer, sobre a transferência de competências, do exercício de competências para as empresas do setor empresarial local, em todo o caso, medidas de transparência e medidas de monitorização dessas entidades, são exigíveis, mesmo para além da Lei n.º 50/2012 e, essa é a nossa posição e esse é o nosso compromisso. -----

----- Uma última palavra para os sindicatos e para as posições expressas pelos sindicatos. Elas são o que poderiam ser no curto prazo que lhes foi concedido e, sublinhe-se, nem o SINTAP (Sindicato Dos Trabalhadores Da Administração Publica), normalmente mais simpático com as apreciações que faz por parte das entidades patronais, deu um inequívoco parecer favorável a esta questão. -----

----- Portanto, entendemos que outras matérias deviam ser discutidas conjuntamente, outro acautelamento merecia e, que esta proposta não merece de forma nenhuma, o nosso voto favorável e, beneficiando apenas do dito benefício da dúvida, porque aguardamos aqui o debate sério, que será o debate da estratégia e da passagem de competências para as empresas do setor empresarial local. -----

----- Disse!” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado Luís Newton.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, a minha intervenção depois de ouvir o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, é de manifestar preocupação com o que está aqui hoje em discussão, eventualmente em votação.-----

----- E gostaria que o Senhor Presidente me pudesse confirmar, se o que hoje estamos aqui a discutir e, iremos a seguir votar, é a mesma proposta que foi votada favoravelmente pelo Bloco de Esquerda na reunião de Câmara, porque parece-me que não deve ser certamente a mesma proposta, Senhor Presidente e, gostaria que pudesses confirmar isso.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Considerando a intervenção do Senhor Deputado, uma figura de retórica, a única coisa que tenho para lhe dizer, é que esta é a proposta que deu entrada na Câmara e que foi admitida.-----

----- Posso confessar-lhe que ao contrário do Senhor Deputado, que tem essa obrigação, eu não faço ideia como é que o Bloco de Esquerda, votou ou deixou de votar na Câmara e na Assembleia Municipal as propostas, porque não me tenho dedicado a esse tema.-----

----- Portanto, aquilo que fica é que é a proposta que foi remetida pela Câmara, que deu entrada, que tramitou e foi consensualizada na conferência de representantes como sendo inserida na ordem de trabalhos de hoje.-----

----- Temos um pedido de palavra, também, do Senhor Deputado, Rui Costa.-----

----- O Senhor Deputado Rui Costa está a interpelar a Mesa, para exercer um protesto.

----- Portanto, microfone ao Senhor Deputado Rui Costa.-----

----- Senhor Vereador, a Câmara também está a utilizar tempo cedido pelos Deputados Municipais Independentes, também não tem.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Rui Costa (BE)**, no uso da palavra, fez a seguinte protesto:-----

----- “Senhor Presidente, só para que fique claro que a posição aqui expressa pelo Bloco de Esquerda, é a posição do seu Grupo Municipal e que qualquer eventual divergência de opinião com o Senhor Vereador eleito pelo Bloco de Esquerda, não devia causar estranheza ao PSD, aliás, já aqui vimos coisas piores do vosso lado e, nós prezamos profundamente a nossa autonomia política e, oiça Senhor Deputado Luís Newton, se há coisa que nós prezamos é a nossa autonomia política e a nossa liberdade de pensamento.-----

----- Disse!”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, embora lhe faça notar, que pese embora a sua reconhecida excelência oratória e domínio do regimento teve longe de ser um protesto, mas nos entendemos como um esclarecimento.-----

----- Não temos mais inscrições e portanto vamos dar a palavra a Vereador João Paulo Saraiva.”-----

---- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Ora, Senhores Deputados. -----

----- Em primeiro lugar, gostava de sublinhar uma coisa que foi dito pelo Deputado Valente Pires do PS, que é a importância, de uma velha reivindicação de várias forças políticas, que era o estatuto próprio para o saneamento, que passou e voltou a ser um departamento. -----

----- O desporto e a educação, não sei se os Senhores Deputados se recordam, não foi por o desporto não ser uma direção municipal ou a educação ser uma direção municipal, porque até agora tinham uma direção municipal que, nunca foi provida de dirigente, que se considerou ao longo do tempo que isso não era necessário e, também, se considerou que agora não sendo necessário durante tanto tempo e, também, não sei se por obra do acaso, mas parece-me que não, o desporto e a educação estiveram sempre separados nos últimos anos, enquanto pelouros atribuídos a vereadores. -----

----- Portanto, partilhar uma experiência que tem sido reiteradamente, não seguida no mesmo vereador, partilhar uma direção municipal, não é uma boa ideia. Neste caso dividindo quase cinquenta por cento, à atenção do diretor municipal, não costuma resultar assim tão bem e, portanto, essa ideia foi abandonada, a não ser em direções muito especiais, em que por exemplo, a natureza das coisas são as obras e aí faz um pouco mais sentido e, portanto, esse foi o motivo. -----

----- E não foi por causa de ser um departamento que a educação deixou de ser uma das prioridades mais acentuadas do ponto de vista financeiro e programático, que o município teve nos últimos anos, nos últimos anos e nos próximos. Estejam tranquilos, porque o facto de ter desaparecido a direção municipal que nunca foi provida, não vai fazer baixar a prioridade que este executivo dá a educação. -----

----- Por maioria de razão, o desporto idem aspas, aspas. Não foi por ser um departamento, porque nunca foi uma direção municipal, de facto, que o desporto deixou de ser “Capital de Europeia do Desporto 2021”. Portanto, não estou nada preocupado com isso. -----

----- Aqui o campeonato não é quem tem mais galões, se é diretor municipal, se é diretor departamento. -----

----- Os diretores departamentos de primeira linha, são muitíssimo relevantes na estrutura municipal e, não é por isso que as estruturas têm maior ou menor relevância. Muitas vezes tem a ver com densidade, com o número de trabalhadores entregue àquela específica atividade e, é isso que norteia. Isto não é propriamente a tropa, digamos, a patente tem a ver com o número de trabalhadores e, portanto, não estamos minimamente preocupados e, nem tirem daí que isto tenha alguma perda de relevância política ou de prioridade de qualquer uma destas atividades, não se pode daí tirar. -----

----- Depois gostava de dizer que, relativamente á SRU, o que está acontecer aqui é muito interessante, porque isto tem excitado tanta reação emotiva, é um reforço do que já estava, com uma *nuance*, em relação por exemplo, aquilo que é a política que o PCP sempre veio criticando ao longo dos anos sobre a SRU. -----

----- É que a SRU vai perder a possibilidade de licenciar, essa possibilidade de licenciar, o licenciamento daquela área de intervenção da SRU, vai passar para a Câmara e isso é algo que, por exemplo, PCP e, bem, a nosso ver, são não estávamos a fazer, sempre reivindicou. -----

----- Quanto àquilo que, são os projetos que vão ser licenciados pela SRU ou qualquer empresa, até mais do que acontecia hoje, eles vão à Câmara. -----

----- O nosso compromisso relativamente a projetos é, que eles vão à Câmara, a Câmara vai escrutinar aquilo que são os projetos de todos os equipamentos que vão ser construídos. Portanto, não há desse ponto de vista, nenhuma perda de capacidade, de escrutínio, de análise técnica, de análise política dos projetos que vão ser executados pela SRU. -----

----- Agora, como eu disse há poucos os Senhores Deputados, não podemos é uns dias vir para aqui criticar que, a Câmara não tem capacidade de resposta em determinadas áreas e, apesar de termos duplicado nos últimos anos, a capacidade de investimento, todos reconhecem aqui, se quiserem fazer uma análise séria que, o município de Lisboa está no limite e, precisamos outras formas de nos organizar e, reforçar a capacidade do município, para podermos ser mais rápidos nas intervenções que a cidade suscita. -----

----- Os Senhores todas as terças-feiras criticam aqui a nossa dificuldade em responder com celeridade que devíamos, por exemplo, na área da habitação. Pois está aqui Senhores Deputados, está aqui uma nova forma de nos organizarmos, o reforço das nossas capacidades e isso seria o que eu estava à espera de ouvir. Era dizer, sim, de facto, o que nós temos reivindicado aqui, que o município precisa de ser mais eficaz, ter mais capacidade de intervenção na área da habitação....” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Partido Socialista cede tempo à Câmara.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, continua a sua intervenção: -----

----- “Só para dizer e para terminar que, de facto, não há aqui nenhuma desresponsabilização dos serviços, vamos fazer todas as sessões de esclarecimento e de abordagem ao trabalho que é feito com as empresas municipais. -----

----- É um trabalho integrado com a Câmara. Não há empresas municipais para um lado e Câmara para o outro. O trabalho é um trabalho feito em comum, de forma articulada e vai ser cada vez mais. -----

----- Portanto, isto para quem quiser entender, o que estamos a fazer, vai olhando para aquilo que são os documentos e aquilo que são as políticas, os documentos que são trazidos aqui a Assembleia Municipal e aquilo que tem sido dito reiteradamente, pelos vereadores e pelo Presidente, saberão o que estou a dizer e aquilo que vai acontecer e, é aquilo que está nos planos do município. -----

----- Eu, também, não queria terminar sem dizer uma coisa, é que de facto, a abordagem que os senhores fizeram desta reestruturação municipal, pelo menos para

mim, pessoalmente, um bocadinho e, hoje foi aqui repetido um bocadinho desagradável. -----

----- É que, de facto, dizer que Manuel Salgado, um Vereador que muito estimo vai mandar na SRU, o seu belo prazer. Epá! Nem ele nem ninguém. Somos três administradores e, portanto, eu não costumo à semelhança daquilo, tenho feito por aqui, ser propriamente uma pessoa com a qual não tem opinião sobre as coisas e, portanto, é de alguma maneira, gostava que essa expressão, essa lógica que tem sido utilizada, não fosse reiterada, porque ela a mim pessoalmente, não gosto de a ouvir, porque não é verdade. -----

----- Sobre mudanças organizacionais, nomeadamente para o PCP, que é quem mais ferreamente defende que tudo está bem, do ponto de vista da estrutura municipal ou pelo menos que não se deve mexer em nada ou eventualmente estamos a mexer no sentido errado. Eu, de facto, ouço sempre o PCP. Para o PCP as estruturas municipais teriam sempre a crescer, portanto, a dificuldade da legislação portuguesa é que não toma exatamente por igual, mas toma forma muito semelhante, uma estrutura com oito mil pessoas, que é a Câmara de Lisboa ou uma com uns cem ou duzentas, que é de outro lado qualquer e, portanto, não é possível olharmos para as organizações como se elas fossem iguais, a terem oito mil pessoas lá dentro. -----

----- E depois, o PCP é muito mais criativo quando é poder, a olhar para as estruturas municipais, de quando é oposição, porque, eventualmente, poderá acabar com algumas empresas municipais, naquilo que são os municípios do PCP, porque, de facto, elas lá são úteis, ou serviços municipalizados. É o que aqui se trata. -----

----- Não estejam receosos sobre a forma como vamos gerir as empresas municipais, porque vão poder escrutina-las e, depois, façam-nos um favor todos da direita à esquerda. -----

----- Não podem estar a fazer política sobre esta matéria e outras, como se estivéssemos permanentemente na história do velho, do rapaz e o burro, se nós orientamos a estrutura municipal para aquilo que são as prioridades que os senhores têm vindo aqui reiteradamente suscitar, os senhores encontram outras prioridades para falar da estrutura municipal. -----

----- Hoje o PSD e outros grupos municipais falaram de outras prioridades, não ouvi ninguém falar de habitação, porque será? Porque, de facto, esta estrutura vem em grande medida responder aos problemas da habitação, que há uma semana atrás eram as prioridades da esmagadora maioria. Agora só por uma questão de circunstância política resolveram encontrar outras. -----

----- Está tudo dito, Senhores Deputados.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Vereador. -----

----- Não temos mais inscrições para este ponto. -----

----- Vamos passar à votação da **Proposta n.º 286/CM/2018**. Votos contra do PSD, PCP, CDS-PP, PEV, MPT e PPM abstenções do BE e PAN, votos a favor do PS, 6 IND. A **Proposta n.º 286/CM/2018** foi **aprovada por maioria**.” -----

----- (Ausência de dois Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário)-
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra,
continuou: -----
----- “Agora as declarações de voto escritas. Bloco de Esquerda, declaração de voto
escrita”-----
----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, referiu
o seguinte:-----
----- “CDS, declaração de voto escrita.” -----
----- (O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, não apresentou, até à data, nos
respetivos serviços, a Declaração de Voto escrita) -----
----- **O Grupo Municipal do CDS – PP**, apresentou a seguinte **Declaração de Voto**: -
----- “*Os Deputados Municipais do CDS-PP, declaram que votaram contra na
votação acima referenciada por considerarem que: -----
----- Se a Câmara Municipal de Lisboa é uma entidade viva que deve estar em
permanente adaptação à realidade que a rodeia, sob pena de, por força do
imobilismo, se tornar incapaz de prosseguir os objetivos a que se propôs, e o CDS-PP
é, favorável por princípio, a alterações que visem tornar as organizações mais leves,
mais capazes de responder com celeridade – e qualidade – às necessidades dos
municípios, a forma e o conteúdo da proposta em causa, levou ao voto contra dos
Deputados Municipais do CDS-PP, na Assembleia Municipal de Lisboa, em virtude
do que abaixo se expõe:-----
----- 1.Não é normal, nem conveniente, que se efetue uma alteração orgânica desta
magnitude, a meio de um ano. O que faria sentido seria um de dois caminhos:-----
----- a. Calendarizar um conjunto de alterações para que, em dois anos p.ex., se
chegasse ao fim pretendido.-----
----- b. Fossem criadas as condições, ou seja, todo o trabalho preparatório, para que,
no início de um determinado ano – neste caso 2019 – se arrancasse com a nova
orgânica. -----
----- 2.Se as alterações têm – têm sempre – impacto orçamental, era conveniente que
tivessem sido orçamentadas, o que não foram -----
----- Em termos gerais, a proposta em referência, propõe o seguinte o seguinte: -----
----- 1.Que os serviços municipais com chefia, passem de 156, para 159-----
----- 2.Que as Direções Municipais passem de 16 para 15-----
----- 3.Que os Departamentos passem de 40 para 46 -----
----- 4.Que as Divisões passem de 100 para 98 -----
----- Analisando estes números, é bom de ver, que não existe nem um aumento
substancial de Divisões/Departamentos/Chefias (se o objetivo fosse o de aumentar
horizontalmente o organigrama) nem uma diminuição acentuada dos mesmos atrás
referidos (se o objetivo fosse criar uma estrutura mais vertical).-----
----- Estamos, portanto, perante uma proposta de alteração que, do ponto de vista
conceptual, não altera radicalmente o atual status quo.-----
----- No entanto, existem algumas alterações que, podem trazer mudanças
significativas na forma de trabalho da CML, com especial consequência no papel*-----

fiscalizador da Vereação na oposição, nomeadamente no que aos pontos, abaixo indicados, diz respeito.-----

----- 1.O aumento de competências da Gebalis.-----

----- 2.A atribuição à SRU das grandes obras na cidade.-----

----- 3.A subordinação do Departamento de Marketing e Comunicação, ao Sr. Presidente da CML.-----

----- Estas, são, no entender do CDS-PP, alterações negativas, em virtude de;-----

----- - A passagem de competências, para empresas municipais – à custa dos serviços camarários – leva, obviamente, à redução do poder de fiscalização dos Vereadores agora na oposição.-----

----- - A atribuição de competências acrescidas às empresas municipais, levará em consequência, à necessidade de contratação de pessoal qualificado para as mesmas, ficando o know-how de décadas, a levedar em serviços moribundos, dentro da CML.-----

----- - A colocação da comunicação, na alçada do Presidente da Câmara, demonstra um executivo mais preocupado com a imagem e com a propaganda, do que, com as matérias que, de facto, interessam aos cidadãos de Lisboa.-----

----- Em conclusão, e, na opinião do CDS-PP, uma verdadeira reorganização deveria ser realizada sobre o objeto que se pretende melhorar – a CML. Neste caso é chamado de reorganização, a atribuição de responsabilidades, a objectos – empresas municipais – que convivem em realidades distintas.-----

----- Lisboa, 3 de Julho de 2018-----

----- Pelo Grupo Municipal do CDS-PP-----

----- Diogo Moura”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, perguntou:-----

----- “Partido Comunista, declaração de voto escrita ou oral?”-----

----- **A Segunda Secretária em exercício, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, respondeu:-----

----- “Oral.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Portanto, microfone ao Senhor Deputado Modesto Navarro, para uma declaração oral, da bancada do PCP”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte declaração oral:-----

----- “É para dizer, que é da história da Assembleia Municipal que, nós aqui temos apresentado propostas, temos debatido esta questão da estrutura da Câmara e o Senhor Vereador na parte final da sua intervenção, agora, referiu oito mil trabalhadores.-----

----- Há alguns anos, tínhamos doze mil, doze mil.-----

----- E os senhores vêm aqui apresentar uma altíssima importante reestruturação, um engrandecimento, etc, ect...., mas não falam de um único trabalhador que vá trabalhar para a Câmara Municipal. Isso revela claramente o vazio que estão a criar, mais vazio

e destruição que estão a criar, para que amanhã sejam seis mil, em vez de ser os oito mil, esta é que é a realidade dos factos.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, -----

----- Fica registado a Declaração Voto Oral do Partido Comunista Português.-----

----- Vamos passar ao ponto seguinte Ordem de Trabalhos.” -----

----- **14. APRECIACÃO DA PROPOSTA N.º 287/CM/2018 - APROVAR O PROJETO DO REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO E ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA MUNICIPAL DE LISBOA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NAS ALÍNEAS G), M), O) E W) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO EM ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO ATUAL E NO N.º 3 DO ARTIGO 18.º DO DECRETO-LEI N.º 13/2017, DE 26 DE JANEIRO; 1,5 X GRELHA BASE: 51 MINUTOS;** -----

----- (A Proposta n.º 287/CM/2018 fica anexada à presente Ata, como Anexo XIII e dela faz parte integrante).-----

----- (O Parecer da 1ª e 8ª Comissão Permanente fica anexada à presente Ata, como Anexo XIV e dela faz parte integrante). -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, continua a sua intervenção: -----

----- “Palavra ao Senhor Vereador João Paulo Saraiva para apresentar a Proposta.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- A Proposta n.º 287/CM/2018, vêm de alguma maneira, ajustar aquilo que é a estrutura da Polícia Municipal ao aumento de efetivos e de responsabilidades que a polícia assumiu no último ano.-----

----- Gradualmente tem vindo a ter mais efetivos, que agora estabilizaremos, apenas teremos substituições. -----

----- A estrutura que apresentamos é uma estrutura que obedece do ponto de vista da sua construção, ela é previamente, digamos, a macroestrutura, é previamente aprovada por decreto-lei, ela foi aprovada para Lisboa e para o Porto, tem um estatuto especial como todos sabemos.-----

----- Portanto, o que está aqui hoje a ser submetido a esta Assembleia é esse ajustamento a essa estrutura, através de um regulamento que vem reforçar as atividades de proximidade, vem de alguma forma, equiparar um conjunto de áreas homólogas da PSP, para ser mais fácil a ligação com as outras polícias, de forma articulada, aspeto fundamental para um qualquer bom trabalho policial. E por outro lado, dar também corpo à área operacional, à área de fiscalização e à área do trânsito. -

----- Essencialmente, e forma muito sucinta são estas as grandes linhas deste regulamento.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado Luís Newton.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Temos o Relatório do Senhor Deputado João Valente Pires, da 1ª e 8ª Comissão Permanentes.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Valente Pires (PS)**, no uso da palavra e na qualidade de Relator do Parecer da 1ª e 8ª Comissões Permanentes, fez a seguinte apresentação: -----

----- “Senhor Presidente, Senhores Vereadores e Senhores Deputados. -----

----- A atividade da Polícia Municipal vem assumindo uma importância crescente face ao crescimento da atividade da cidade, em todas as suas dimensões que implicam necessariamente responsabilidades acrescidas de fiscalização das matérias da competência do município, no âmbito do Urbanismo, do espaço público e da fiscalização das atividades económicas.-----

----- Acresce assim, responsabilidades suplementares em matéria de policiamento comunitário e de fiscalização ao nível da mobilidade urbana, fruto da delimitação de competências com a PSP, em matéria de tráfego e da relação próxima com a Carris e a EMEL. Apenas possível na sequência da integração da Carris, como parte do conjunto empresarial municipal. -----

----- O Regulamento aprovado em Câmara através da proposta em análise e o novo modelo de organização previsto, procura refletir as necessidades apontadas e contribuir para um funcionamento eficaz e pró-ativo da Polícia Municipal, com o objetivo de melhoria da qualidade de vida dos munícipes da cidade.-----

----- Assim, nos termos do n.º 3, do Artigo n.º18, do Decreto-lei n.º13/2017 de 26 de Janeiro, o regulamento de funcionamento e organização da Polícia Municipal de Lisboa é aprovado pela respetiva Assembleia Municipal.-----

----- Pelo exposto concluiu-se que a proposta sobre a qual incidiu o presente parecer está em condições de ser debatida e votada em plenário da Assembleia. -----

----- Disse!”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado Senhor Deputado, agora sim os oradores inscritos.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado Luís Newton do PSD.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Senhor Presidente em exercício, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Vereadores. -----

----- O Senhor Vereador gosta muito de brincar com prioridades, vou-lhe transmitir exatamente aquelas que foram as prioridades que, lhe foram transmitidas também a si em sede de comissão, razão pela qual, também, aqui o PSD não vos pode acompanhar. -----

----- A visão que temos que ter da Polícia Municipal, é uma estrutura que vive centrada no objeto fundamental de apoio à comunidade, no âmbito da fiscalização, são o garante, de que as coisas na cidade funcionam, não são polícias de Segurança Pública, Senhor Vereador. -----

----- E por isso, ainda que incorporando aquelas que são as normais transferências resultantes da área do trânsito, para o âmbito municipal, que ficaremos depois na dúvida se vão ser exercidas no âmbito da Polícia Municipal ou se daqui a pouco há uma empresa subcontratada, pela Carris para fiscalizar a circulação.-----

----- Mas a verdade, o Senhor Vereador é que, a reboque disso ou no mesmo momento em que promovem essa reforma, o que nós assistimos Senhor Vereador, aqui de forma muito clara, é um início daquilo que é a transformação ou que poderá ser a transformação da Polícia Municipal, num papel mais direcionado a segurança pública. E aqui, Senhor Vereador, nós não podemos estar de acordo. -----

----- À Polícia de Segurança Pública o que é competência de Polícia de Segurança Pública, à Polícia Municipal a fiscalização das obras, a fiscalização de ocupação do espaço público, a fiscalização do trânsito. -----

---- Essas matérias que sentem muitas vezes os lisboetas, como matérias de grande impunidade, são as matérias que temos que reforçar, no âmbito aquilo que é ou deveria ser a intervenção da Polícia Municipal, e não colhe, a ideia de que, ah..., temos que criar aqui uma estrutura para ficarem comparáveis àquelas. Não é necessário Senhor Vereador. -----

----- Essas estruturas resultam da operação diária da própria Polícia Municipal e não têm necessidade de criar departamentos específicos para a ligação às outras polícias. --

----- E, portanto, Senhor Vereador, há matérias em que o Senhor Vereador, vai-me desculpar, sobre as quais, enfim, matérias de propriedade nesta área... -----

----- E, aquilo que eu lhe quero dizer, Senhor Vereador e, aquilo que me parece importante transmitir-lhe é que, o que os Senhores estão a fazer neste momento é abrir a porta para que mais cedo ou mais tarde, a Polícia Municipal comece a desenvolver ações e, comece a desenvolver a sua missão no mecanismo de sobreposição, daquilo que é a ação da própria PSP. Por isso é uma caixa de Pandora que nós não queremos abrir, Senhor Vereador. -----

----- Não é por aí que nós queremos que a Polícia Municipal evolua. -----

----- O que nós queremos é que a Polícia Municipal esteja presente para os conflitos de trânsito que as pessoas todos os dias reclamam, para as obras que ocupou indevidamente o espaço público ou endividamento de lugares de estacionamento que as pessoas todos os dias reclamam, para aquilo que é a ocupação abusiva do espaço público, de um conjunto de matérias do foro privado e, que as pessoas reclamam e,

que as pessoas sentem todos os dias que não tem resposta por parte da Polícia Municipal, nem da Câmara Municipal. E aqui o dever da Câmara Municipal é, de facto, centrar do ponto de vista da sua organização, o modelo para o tornar eficaz nestas matérias.-----

----- Por isso, Senhor Vereador, quero dizer-lhe que, obviamente, que não vai poder contar com o voto favorável do PSD. Iremos votar contra.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado Mário Freitas do MPT.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Mário Freitas (MPT)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente em exercício, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Público Presente.-----

----- A Polícia Municipal de Lisboa é, hoje, um corpo policial mais capacitado e com mais competências do que num passado recente. -----

----- O Regulamento de Funcionamento e Organização da Polícia Municipal de Lisboa, que hoje apreciamos tem como objetivo reforçar a autoridade, eficácia e o prestígio da Polícia Municipal, pois esta atua numa cidade com aproximadamente 600 mil habitantes, com um elevado número de trabalhadores e estudantes, um aumento desenfreado de procura turística e a circulação de mais de 650 mil automóveis por dia.

----- Acrescem ainda áreas de responsabilidades suplementares em matérias de policiamento comunitário e de fiscalização ao nível da mobilidade urbana, fruto da delimitação de competências com a PSP em matéria de tráfego e da relação próxima com a Carris e EMEL. -----

----- Sabemos que está prevista uma esquadra específica com brigadas dedicadas ao trânsito e mobilidade, mas o MPT gostaria de referir a importância de um policiamento de proximidade e fiscalização nas zonas referenciadas como zonas de maior risco. É por nós conhecido, a título de exemplo, a oferta constante e diária, de droga aos transeuntes da Baixa, assim como também o consumo de substâncias ilícitas em locais públicos da cidade, como o Miradouro de Santa Catarina, com as implicações sociais que muitas vezes daí decorrem. -----

----- Queríamos alertar para a necessidade de um policiamento de proximidade, em particular junto dos menos jovens desta *NOSSA LISBOA*, em estreita colaboração com as juntas de freguesia. -----

----- O MPT acompanha favoravelmente a Proposta, consciente de que a aplicabilidade de um regulamento tem que ser eficaz, para que a Missão da Polícia Municipal possa ser cumprida.-----

----- E por último, o MPT gostaria de deixar uma palavra de apreço e gratidão para com todos os agentes que diariamente fazem o seu melhor numa cidade, ainda a aprender a adaptar-se às novas realidades e desafios. -----

----- Disse!” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, vamos continuar.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado Fernando Correia do PCP.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Correia (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde, Senhor Presidente, respetiva Mesa, Senhores Deputados, Senhores Vereadores, Público. -----

----- Estamos perante um regulamento, que eu considero imenso. É uma estrutura orgânica imensa, para uma polícia de natureza administrativa e superlativamente repressiva, portanto, isto é uma estrutura orgânica, de facto, imensa. -----

----- Isto é a PSP de Lisboa, que nós estamos a criar. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa vem aqui com a proposta de criar um regulamento que, de facto, mais tarde ou mais cedo, vai dar origem a uma Polícia de Segurança Pública de Lisboa, que não tem nada a ver com a Polícia Municipal. -----

----- A Polícia Municipal tem competências de fiscalização em matéria de urbanismo, espaço público, prescrição de atividades económicas, fiscalização no âmbito da mobilidade urbana na sequência da integração na Polícia Municipal da Divisão de Trânsito da PSP.-----

----- O que aqui aparece é, considerar a Polícia Municipal, como um corpo especial de Polícia, coisa que a Polícia Municipal não pode nem deve ser. A PSP é a PSP, a Polícia Municipal é Polícia Municipal. -----

----- A segurança tem a ver com a PSP, nós durante anos fomos denunciando, primeiro as superesquadras, que resultaram no que resultaram, levaram ao fecho das esquadras de bairro, que levaram por acabar com os polícias que conheciam, enfim, a estrutura fina da cidade e do território, depois, foram fechando, agora mais recentemente fechou, não há muito tempo a esquadra aqui das Avenidas Novas. -----

----- Fomos deixando que a PSP fosse desaparecendo da cidade, inclusivamente com a integração de dezenas, senão centenas de agentes da Polícia Municipal, obviamente, que para um agente da PSP é mais favorável ser Polícia Municipal, até do ponto de vista remuneratório, não temos nada contra isso. -----

----- Neste momento, vimos aqui com esta estrutura, com estruturas de ligação às outras polícias, como se de facto tivéssemos uma PSP, como já disse há pouco, só para Lisboa. -----

----- Falamos aqui de uma coisa que eu ainda não percebi, gostaria de ver esclarecida que é: O que é o policiamento comunitário? Até onde é que ele vai, até onde é que ele, se pode confundir, com uma coisa que sempre defendemos que foi, de facto, o policiamento de proximidade exercido, esse sim, pela PSP junto das populações.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----
----- **A Senhora Segunda Secretária Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte:-----
----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Costa.”-----
----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (BE)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----
----- “Muito obrigado, Senhor Presidente em exercício, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais.-----
----- O Bloco de Esquerda votará favoravelmente esta proposta e, votará favoravelmente esta proposta, na estrita medida da mesma.-----
----- Os corpos de Polícia Municipal em Lisboa e do Porto, têm historicamente um estatuto a especial, aliás, durante muito tempo, eram os únicos corpos polícias municipais permitido, depois foi alargado a outros municípios, a partir da revisão constitucional de 1997 e, entendemos que as funções da Polícia Municipal, são essencialmente funções de polícia administrativa e agora em Lisboa alargada e bem, em matérias trânsito.-----
----- Portanto, queremos deixar bem vincado que não apoiamos propostas, para além de ilegais, deixam antever um certo espírito saudosista o regresso de velhos corpos de quadrilheiros, para tomar sobre a direção municipal, aquilo que é uma função do Estado, segurança pública.-----
----- Portanto, sublinhar que é exatamente nessa função policiamento, administrativo e policiamento de trânsito e, não enquanto órgão de investigação criminal, que queremos que a Polícia Municipal de Lisboa continuam a prestar um bom serviço que tem prestado.-----
----- Aqueles Grupos Municipais que querem grupos de quadrilheiros, designação moderna e fofinha de policiamento de proximidade, tem um bom remédio que é dirigirem-se ao Governo e à administração central, sobre pessoas coletivas públicas, sobre as quais e órgãos do Estado, sobre os quais recaem estas competências.-----
----- Disse!”-----
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----
----- “Muito obrigado, Senhor Deputado por enquanto não temos mais inscrições, não sei se o Senhor Vereador quer usar da palavra.-----
----- Palavra ao Senhor Vereador João Paulo Saraiva, em nome da Câmara.”-----
----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----
----- “Sim, muito bem.-----
----- Respondendo só a algumas questões que foram colocadas.-----
----- Deixa-me dizer que, às vezes, nalgumas intervenções, eu percebo que se queira votar contra por questões políticas ou qualquer coisa do género, até para fazer a diferença e tal.-----

----- Mas custa-me um bocado perceber o que é que leram, porque o que está no regulamento é tão evidente que dissipa dúvidas, sobre uma série de questões que foram aqui colocadas. -----

----- Assegurar de forma centralizada as ações de fiscalização a desenvolver no âmbito das atribuições e competências legais do município, nomeadamente, em matéria de urbanismo, atividades económicas, ambiente urbano, trânsito, entre outras, com exceção daquelas que exigia verificação técnica, por parte dos serviços municipais e que se encontram consignados nas competências nestes. -----

----- Depois, escreve-se uma quantidade de situações todas nesta mesma natureza, portanto, não consigo perceber, onde é que estão a ver a transformação da Polícia Municipal, numa polícia de segurança pública encapotada, sinceramente, não consigo perceber. -----

----- Depois se olharmos para a estrutura, de facto, às vezes eu fico sem perceber se também, se eventualmente, não vimos o mesmo documento, porque os Senhores Deputados, certamente, sabem que esta estrutura em grande medida, tem subjacente toda uma hierarquia da própria polícia e, portanto, os agentes, os comissários por aí fora. E esta estrutura que está aqui definida reflete isso mesmo. -----

----- As áreas que estão para além das áreas de comunicações, uma pequena área de ligação com as outras polícias, não estão a defender, certamente, que esta polícia não fale com outras polícias e, para falar com outras polícias, se estiveram umas pessoas dedicadas a isso, é capaz de ser melhor e, é isto que está aqui definido. -----

----- Mas se reparem, bem, se virem bem, a divisão policial e toda a estrutura da esquadra policial, esquadra de fiscalização e a divisão de trânsito, é que são, digamos, o core deste organização, só neste pequeno esquema, elas são isto tudo que está aqui deste lado. -----

----- Isto são estruturas de funcionamento e de gestão das pessoas e, de gestão da comunicação da relações da polícia com outras polícias e, relações internacionais da polícia com outras estruturas Polícia Municipal do país e, de outros países. -----

----- Eu não consigo perceber, de onde é que é possível extrair a leitura, que estamos a transformar a Polícia Municipal, não numa Polícia Municipal mais eficaz com mais meios e com mais competências nas áreas que já eram a sua competência e, onde é que os senhores veem ou leem, onde é que está a estrutura de Polícia de Segurança Pública e uma lógica securitária. -----

----- Não consegui ver, mas se me explicarem, talvez consigamos ver, nem nós, nem o Governo quando legislou sobre esta matéria, nem a polícia do Porto, nem a estrutura da Polícia Municipal viu isso, nem o Vereador, mas quer disser, talvez nos ajudem, digam lá onde é que isso está aqui, para ver se conseguimos perceber essa atitude. -----

----- Obrigado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado Luís Newton.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Vereador, primeiro agradecer as suas palavras ardilosa e a forma como tentou escamotear, aquilo que o PSD tentou transmitir pela segunda vez, mas não tem mal, o Senhor Vereador, poderá haver uma terceira, uma quarta, as vezes que forem necessárias até o Senhor Vereador, porque, de facto, o Senhor Vereador não é desta área, portanto, o Senhor Vereador poderá não compreender o que está escrito no documento que trás aí. -----

----- E eu falei-lhe da caixa de Pandora o Senhor Vereador e, eu vou-lhe dizer, Senhor Vereador, não é quem põe as orelhas, o que eu lhe vou dizer, Senhor Vereador, de forma muito clara é, a caixa de Pandora está aí Senhor Vereador e, é contra isso que nós votamos. E chama-se policiamento comunitário, Senhor Vereador, que fique muito claro, Senhor Vereador que, esta é a caixa de Pandora que o PSD já lhe tinha alertado em sede de comissão e volta alerta aqui, vossa excelência parecia ter percebido em sede de comissão, aqui voltou a não perceber. -----

----- O PSD não tem tolerância? Geralmente as outras forças...” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Pode cá vir várias vezes, mas precisa que alguém lhe ceda tempo para poder continuar, Senhor Deputado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ O CDS, vários partidos, escolham...” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Os serviços vão começar a contar os tempos do CDS-PP, do MPT e do PPM. ----

----- Já cá pode voltar varias vezes Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Sim, Senhor Presidente, quero agradecer o rigor extraordinário que acontece nas intervenções do PSD quando em comparação com outras. -----

----- O PSD agradece esse rigor, é assim que gostamos de trabalhar, Senhor Presidente. -----

----- Por isso dizer-lhe a si, Senhor Vereador, a caixa de pandora é esta estrutura que vocês estão a criar e que para o futuro está a abrir aquilo que é uma atividade de sobreposição com a atividade de proximidade que a Polícia de Segurança Pública deve fazer.-----

----- E aí, Senhor Vereador, eu acho que é muito importante, podemos termos aqui dois pontos sempre presentes. Não estamos a incumprir legalmente. Estamos abrir a caixa de Pandora que o PSD está aqui alerta e com o qual não concordamos. -----

----- O policiamento de comunidade ou de proximidade, o nome que vocês quiserem inventar para na realidade significar, uma atuação de proximidade dissuasora no âmbito do princípio de “*Securit*”, junto da comunidade é competência da PSP e não temos conforto nenhum, em assistir a um executivo que introduz essa dimensão na intervenção da Polícia Municipal e digo até mais, Senhor Vereador. -----

----- Esta é uma matéria que se entendiam que, não tinha essa relevância e que não tinha sequer em sentido, vossa Excelência tinham, obviamente, a obrigação e o cuidado de ter já em tempo muito oportuno feito esse esclarecimento, não conseguem fazer porque, de facto, policiamento comunitário é um sinónimo de presença policial em proximidade. -----

----- “Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado Fernando Correia do PCP.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Correia (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Vereador João Paulo Saraiva, eu ouvi com muita atenção as suas palavras, ao contrário das minhas que estava efetivamente distraído e, portanto, presumo que terá sido, por isso que não respondeu uma questão muito concreta que eu que eu lhe coloquei, que é o policiamento comunitário. -----

----- Eu sei o que é um bom policiamento de proximidade, foi uma coisa que sempre defendemos que, é exercido pela PSP e tem a ver com funções objetivas e concretas de segurança, o policiamento comunitário não sei, não sei o que é.-----

----- Sei e volte a repetir, estamos perante uma estrutura que significa uma PSP para o concelho de Lisboa, não está integrada na PSP nacional e não interage diretamente com a PSP nacional, daí necessitar de quer órgãos de ligação, tem a vantagem de o Comandante e o Segundo Comandante serem nomeados pelo Senhor Presidente da Câmara, a seu belo prazer.-----

----- Portanto, é uma polícia, enfim, mandatada diretamente pelo Presidente da Câmara e, portanto, é isto que eu gostava, de facto de saber em pormenor e o PCP gostava de saber em pormenor, o que é isto do policiamento de proximidade, até porque as pessoas que estão a vir aqui e em casa, não ficarem iludidas com esta designação.-----

----- Tenho dito.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Palavra ao Senhor Vereador João Paulo Saraiva.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu começava por intervir muito rapidamente e depois passava a Vereadora Paula Marques, para explicar que é o Policiamento Comunitário, à luz daquilo que se faz, hoje, já na cidade de Lisboa e pelos vistos até em parceria com algumas juntas de freguesia e, outras entidades.-----

----- Bem, só para dizer que eu não costumo utilizar a logica, da abordagem. -----

----- Eu quando estava a referir que o PSD não queria ou estava a quer ler uma coisa que, não estava nos documentos, estava apenas a dizer e a comprovar, a tentar comprovar aquilo que é evidente que é, portanto, era preciso encontrar um motivo para o votar contra. Agora eu não percebo, é que, de facto, não percebi, eu não percebi as vossas dúvidas, mas, pelos vistos, os Vereadores do PSD na Câmara também não perceberam por que votaram a favor. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Vereador, antes de passar a palavra a Senhora Vereadora Paula Marques, uma vez que ainda tem tempo, mas praticamente não têm.--
----- Perguntava... Os independentes cedem tempo, portanto, vamos utilizar o tempo dos Deputados Municipais Independentes.” -----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhor Presidente e talvez possa com a minha intervenção, ajudar a perceber na prática como é que as coisas funcionam com policiamento comunitário. ---

----- Pedi a palavra, porque penso que pode ser útil. -----

----- O Policiamento Comunitário as pessoas, os agentes e as agentes que fazem parte do Policiamento Comunitário, tem recrutamento e um tratamento próprio, não é qualquer agente, não é qualquer pessoa que faz Policiamento Comunitário, e passam a fazer parte do trabalho da comunidade.-----

----- Por exemplo, na Alta de Lisboa fazem parte do grupo comunitário, participam no grupo comunitário, participam no grupo de segurança, estão permanentemente no território, fazem apoio às pessoas, fazem prevenção com as pessoas, com os jovens sobre as questões da delinquência ou da intervenção ou apropriação do espaço público, fazem acompanhamento também às pessoas mais idosas. -----

----- Por exemplo, em Carnide, em particular, no Bairro Padre Cruz é o mais recentes que nós temos a funcionar, fazem parte da comunidade como faz a Junta de Freguesia como faz a Associação de Moradores, passam a fazer parte daquela comunidade e participam também nas atividades da comunidade e, portanto, é um bocadinho diferente daquilo que é o policiamento de proximidade.-----

----- Mas de todas as maneiras, cria só dar o exemplo, talvez isto ajude daquilo que acontece na prática nos territórios, em particular, o último que nós temos de maior proximidade, por exemplo, no território do bairro municipal Bairro Padre Cruz, em que também houve alguma dúvida sobre a implementação do programa ou de projeto e que depois de implementado, os resultados que temos são, de facto, muito positivos e uma presença permanente e uma relação com a comunidade, estreita, com a população.-----

----- Não sei se isto ajuda a desfazer alguma dúvida que, se possa ter em relação ao Policiamento comunitário, não sendo eu, naturalmente, uma entendida na matéria. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Vereadora, temos mais uma inscrição.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado Luís Newton do PSD.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Continuando a beneficiar, ali para os serviços, das cedências de tempos dos partidos, que há pouco identificaram essa cedência.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Vereador agradecer a sua intervenção, ela é esclarecedora, ela que dificilmente se refere a policiamento comunitário. -----

----- O que a Senhora Vereadora veio aqui falar e, é verdade, tem a ver com a atuação que a Polícia Municipal muitas vezes faz, no âmbito de um conjunto de intervenções, desde, por exemplo, o apoio ao funcionamento da Comissão Social de Freguesia, por exemplo, das juntas de freguesia, é a participação que eles têm. Esse trabalho comunitário não é policiamento comunitário Senhora Vereadora. -----

----- Portanto, é essa dificuldade que nós temos que entender, que se crie uma estrutura vocacionada para um policiamento comunitário que, na realidade de policiamento não têm nada, mas de trabalho e apoio comunitário têm muito Senhora Vereadora. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado Fernando Correia do PCP.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Como o Senhor Deputado só têm dezassete segundo, pergunto ali ao Partido Ecologista os Verdes se pode beneficiar do tempo.-----

----- Muito bem, vai beneficiar, também, do tempo do Partido Ecologista os Verdes.”--

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Correia (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Senhora Vereador Paula Marques acabou de confirmar a minha suspeita ou seja, aquilo que chama policiamento comunitário é exatamente, policiamento de proximidade é a mesma coisa. -----

----- Neste quadro que me falou no âmbito dos bairros, ditos problemáticos, com enquadramento, podemos considerar contrato local de segurança. O de qualquer coisa similar, sim... o efeito prático é o mesmo. O efeito prático é o mesmo, não sendo diretamente o contrato local de segurança, o efeito prático é o menos e, portanto, isto, de facto, faz-se com a PSP. -----

----- Não é como uma polícia de fiscalização. Podem-me dizer, bem, mas nós já não temos PSP em Lisboa, eles até já não têm carros para se deslocar, para vir fazer

segurança aos eventos que, houve na cidade relacionados com o futebol, tiveram que pedir carros Évora. Pois isso é que está mal, de facto, temos que nos bater para que PSP volte a ter meios em Lisboa, nomeadamente, capacidade em termos de meios humanos, de viaturas e não estar a escamotear essas lacunas, com uma Polícia Municipal que extravasa claramente o âmbito das suas competências.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Câmara também tem tempo beneficiando da cedência dos Deputados Municipais Independentes e o Partido Socialista, também, muito tempo.” -----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu peço desculpa, mas, de facto, eu acho que fazia sentido nesta matéria, se calhar os senhores deputados e as senhoras deputadas, terem uma apresentação daquilo que é o projeto do policiamento comunitário e falarem, nomeadamente, com os senhores presidentes e com as senhoras presidentes de junta de freguesia, que aderiram à implementação deste projeto e avaliação que fazem. -----

----- Eu vou nomear de novo a Freguesia de Carnide e, em particular, o Bairro Padre Cruz, porque foi bastante debatido, com a presença do executivo da junta e, com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, sobre a questão dos meios da PSP e o que era a atuação da PM (Policia Municipal). E ficou claro para toda a gente e só assim nós avançarmos para o território, com a concordância de todos os parceiros que fazem parte da comunidade, nomeadamente, da Junta de freguesia, tendo claro para toda a gente que não é trabalho de substituição da PSP. Não é trabalho substituição da PSP e se for falar com a população que é abrangida por este projeto, perceberá que as pessoas sabem qual é o nome dos agentes e das agentes em questão, porque não mudam, são aqueles e, se tiverem que mudar é falado com a comunidade e falado com as pessoas.-----

----- Há uma diferença, há uma diferença na relação e, portanto, eu também gostaria de deixar isto claro e, por isso que tomei a palavra, não é meu uso como sabem falar das competências de outros vereadores que, não faz as minhas, mas isto é uma questão que eu acompanhei e que, para mim foi ponto de honra, também, na discussão que tínhamos na altura, já no mandato passado, souber o que era o trabalho da PSP, o que era o trabalho de policiamento comunitário.-----

----- Portanto, para mim também foi ponto de honra e, foi minha concordância com este processo, com o anterior vereador, foi que ficasse claro para toda a gente, nomeadamente, à comunidade e que uma coisa não substitui a outra.-----

----- E fizemos isso naquela comunidade com fizemos em todas as outras, mas fizemos naquela particular, porque ponha a questão e, portanto, nós fizemos uma reunião com o Bairro Padre Cruz, com os moradores, com o grupo comunitário e ficou claro que uma coisa não substitui a outra e, portanto, eu queria só deixar isso “clarificar”. -----

----- Obrigada, Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, não sei se há mais intervenções. Penso que agora não há e, ----- Vamos passar à votação da **Proposta n.º 287/CM/2018**. Com votos contra do PSD, abstenções do PCP e PEV, votos a favor do PS, CDS-PP, BE, PAN e 7 IND. A **Proposta n.º 228/CM/2018** foi aprovada por maioria.” -----

----- (Ausência de um Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário) -----

----- **O Grupo Municipal do Partido Ecologista “Os Verdes” apresentou a seguinte Declaração de Voto:** -----

-----“*Declaração de voto sobre a Proposta n.º 287/2018 - Aprovar o projeto do Regulamento de Funcionamento e Organização da Polícia Municipal de Lisboa*-----

----- *O Grupo Municipal do Partido Ecologista Os Verdes absteve-se na Proposta n.º 287/2018 - Aprovar o projeto do Regulamento de Funcionamento e Organização da Polícia Municipal de Lisboa pelas seguintes razões:* -----

----- - *A referida proposta reflete um alargamento do quadro de competências da Polícia Municipal, que deverão ser responsabilidade da Polícia de Segurança Pública, nomeadamente no que diz respeito a questões de segurança.*-----

----- - *Também em relação ao policiamento comunitário há um conjunto de aspetos por clarificar, além de que não deve substituir-se ao policiamento de proximidade, que Os Verdes têm defendido, assim como a garantia das condições necessárias ao seu adequado funcionamento.*-----

----- - *O PEV defende ainda que as políticas municipais devem ser acompanhadas das necessárias medidas de integração social, a par do policiamento e de esquadras de proximidade, com meios e recursos apropriados, definindo-se, neste contexto, as soluções mais eficientes para a resolução do problema da insegurança.*-----

----- *Pelos motivos expostos, Os Verdes não podem concordar com os pressupostos das Proposta n.º 287/2018, daí a abstenção do seu Grupo Municipal.* -----

----- *Assembleia Municipal de Lisboa, 3 de Julho de 2018*-----

----- *O Grupo Municipal do Partido Ecologista Os Verdes”* -----

----- **15. APRECIACÃO DA PROPOSTA N.º 333/CM/2018 – 1.º PARÁGRAFO DA PARTE DELIBERATIVA - ADESÃO DO MUNICÍPIO DE LISBOA À ASSOCIAÇÃO DE DIREITO PRIVADO, SEM FINS LUCRATIVOS, “FÓRUM OCEANO”, BEM COMO A ACEITAÇÃO DOS ESTATUTOS, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA N) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUAL, NO N.º 1 DO ARTIGO 53.º, APLICÁVEL POR REMISSÃO DO N.º 3 DO ARTIGO 56.º, AMBOS DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, NA REDAÇÃO ATUAL; GRELHA BASE: 34 MINUTOS;** -----

----- (A **Proposta n.º 333/CM/2017** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XV** e dela faz parte integrante).-----

----- (O **Parecer da 2ª Comissão Permanente** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XVI** e dela faz parte integrante). -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos passar a **Proposta n.º 333/CM/2018**, Senhor João Paulo Saraiva para apresentar a Proposta. Prescinde da apresentação da Proposta. -----

----- Temos oradores inscritos, vamos dar-lhes a palavra.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado Miguel Santos do PAN.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Só para que fique registado em ata, tínhamos a indicação do Senhor Deputado Municipal Pedro Cegonho, em nome da 2ª comissão permanente que emitiu um parecer, que consta da documentação, prescindiam da apresentação desse parecer.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Colegas Deputados Municipais, Imprensa, Publico em geral. -----

----- Esta Proposta aqui há trinta ou quarenta anos atrás, não levantaria dúvidas a ninguém. -----

----- Porém em 2018, pelo menos, a mim levantamos bastantes dúvidas. -----

----- Aquilo que eu vejo ali, é um modelo similar a uma central de negócios e de informação e de contactos. -----

----- Uma associação que está empenhada na dinamização da economia do mar, assim chamada, para gerar novas oportunidades, novos negócios relacionados com o mar e, dentro de uma lógica que conhecemos muito bem que, é lógica do crescimento do PIB sem olhar a meios. -----

----- A população já tem uma ideia clara do que é que é atualmente, de quais são atualmente muitas das prioridades da economia do mar. -----

----- Posso falar da exploração petrolífera, posso falar da mineração de profundidade, e outros exemplos paradigmáticos. -----

----- E por isso e sabendo-se que nestas situações o lucro é objetivo e a falta de rigor na defesa do Ambiente, também, é constante, parece-nos que é algo que já devia ter passado à história. -----

----- O crescimento, o crescimento pelo crescimento, sem olhar para as consequências, por planeta, para todos os ecossistemas, é nesta altura, algo que não é admissível como já foi aqui há uns anos. -----

----- Achamos que qualquer hipótese de atividade no mar em termos económicos, deve ser coordenada de forma muito concreta, por políticas ambientais que não permitam certo tipo de atividades e isso nós não vemos neste Fórum Oceano. Vemos um Fórum Económico com as características que já escrevi atrás. -----

----- Por esta razão, obviamente, nós não podemos....” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado, não sei se alguém cede tempo ao PAN. PPM cedeu.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Estou mesmo acabar, Senhor Presidente. -----

----- Por esta razão, nós não podemos votar a favor, ir iremos votar contra.-----

----- Muito Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Concluiu mesmo, muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Não temos mais ninguém escritos, não sei se a câmara quer usar da palavra para responder. Senhor Vereador João Paulo Saraiva.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito rapidamente, também, mais uma vez mostrar a minha estranheza, pela forma como foi interpretado o que está escrito. -----

----- Eu estava aqui a pouco a fazer um comentário, mas não o vou repetir.-----

----- É que, de facto, a associação tem aqui por finalidade promover a economia do mar, enquanto domínio estratégico, impulsionadores desenvolvimento económico e social do país e contribuir para a afirmação de Portugal como ator marítimo relevante a nível global e depois, no âmbito da sua finalidade, compete a associação dinamizar Cluster do Mar Português, tal, tal, tal, e no ponto três deste mesmo artigo diz: o Cluster do Mar Português integra diversos setores e áreas de atividade, conexas e expectativas cadeias de valor, nomeadamente as seguintes: portos, logística e transporte marítimo, náutica de recreio, pescas, agricultura, indústria do pescado, energia minerais, biotecnologias marinhas, indústrias navais, obras marítimas serviços marítimos, defesa e segurança, ambiente, ensino, formação, investigação, inovação e desenvolvimento e com esta quantidade de áreas de intervenção se pode aqui, extrair aquilo que o Senhor Deputado, extraiu como finalidades e missão da própria organização, sendo nós uma parte dela que podemos influencia-la positivamente, eu diria que devemos estar a ler coisas diferentes. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador.-----

----- Vamos passar à votação da **Proposta n.º 333/CM/2018**. Não há votos contra, abstenções do BE e PAN, votos a favor do PS, PSD, PCP, CDS-PP, PEV, MPT, PPM e 6 IND. A **Proposta n.º 333/CM/2018** foi **aprovada por maioria**.” -----

----- (Ausência de um Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário) -----

----- Nós temos com pontos seguintes da Ordem de Trabalhos, as Petições, mas tínhamos consensualizado em sede de conferência de representantes que, só as iríamos debater depois de termos acordado com os primeiros subscritores, as datas, nas próximas sessões em que eles pudessem estar presente, para debater estas Petições. -----

----- Isto aplica-se também à Recomendação oriunda da 3ª Comissão que, já teve os devidos esclarecimentos por parte da Câmara que, estavam pendentes referentes à Petição n.º 04/2018 que não tendo um número de peticionárias para ter intervenção em plenário, nós normalmente, é prática da Assembleia Municipal convida-los não obstante, para estarem presentes. -----

----- Assim, sendo, vamos dar por encerrada a reunião de hoje, referindo para todos os Senhoras e Senhores Deputados e também para a Câmara que na próxima sessão teremos pergunta à Câmara no dia dez e, vamos no dia doze ter o Regimento e ter as contas consolidadas e todos estes pontos da Ordem de Trabalhos, com esta adequação que, eu há pouco referi da Petição, serão distribuídas pelas duas próximas reuniões. ----

----- E damos por encerrados os nossos trabalhos.”-----

----- A sessão terminou, eram dezoito horas e quarenta e cinco minutos. -----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação n.º 353/AM/2017 tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 21 de Novembro de 2017. -----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 6 de Novembro de 2017 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2017. -----

-----O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO -----